

## Notas:

### Introdução:

(1) Os métodos usados por este autor foram expostos por Pedro de Brito – “*Verflechtung. Um Método para a Pesquisa, Exposição e Análise de Grupos Dominantes*”, in António M. Hespanha (dir.) – *Penélope*, nº 9/10, Edições Cosmos, Lisboa, 1993, e foram muito úteis para este trabalho.

(2) François Heran – *Tierra y parentesco en el campo sevillano: la revolución agrícola del siglo XIX*, Servicio de Publicaciones Agrarias, 1980.

### Capítulo1:

(1) Por exemplo em 1890 havia eleições para:

- vereadores da Câmara Municipal.
- Juiz de Paz e seu substituto.

- Delegados do Colégio Municipal do Distrito de Portalegre: estes delegados é que iam a Portalegre votar nas eleições do colégio eleitoral para eleger 2 pares para a Câmara dos Pares.

- Deputados para a Assembleia Nacional, eleições directas aos cidadãos, pelo círculo eleitoral de Portalegre: nº 103 até 1900, nº19 a partir de 1901, nº 41 depois de 1911, nº 29 em 1915 e círculo eleitoral de Elvas no Estado Novo.

- Junta da Paróquia (correspondentes às freguesias) de Avis, Benavila, Maranhão, São Brás da Figueira, Aldeia Velha, Ervedal.

Em 1911 houve já só eleições para:

- Câmara Municipal;
- 4 deputados para a Assembleia Nacional do círculo eleitoral de Portalegre;
- Juntas de Freguesia.

A partir da revolução de 28/5/1926 deixou mesmo de haver eleições municipais, mantendo-se as distritais para eleição do deputado para a Assembleia Nacional e as das Juntas de Freguesia. Em 28/6/1926 e de aí em diante, os cidadãos que tomaram posse da nova Câmara Municipal foram "nomeados por alvará do Ex<sup>mo</sup>. Governador Civil, vogaes da comissão administrativa d'este municipio, para interinamente gerirem os negocios do mesmo município..." (Arquivo da Câmara Municipal de Avis, Acta de Instalação e Posse da nova Câmara, *Livro de Actas das sessões da CMA de 1919-1930*). Curiosamente, o Presidente da CMA não mudou com a alteração política.

Quanto à legislação para se ser eleitor e elegível e sua evolução durante este período, ver anexo 9.

(2) Posso, no entanto, referir algumas das preocupações das assembleias da CMA: homenagear pessoas que contribuíram para o bem estar do concelho, dar nomes a ruas ou colocar fotografias de antigos presidentes da câmara em locais determinados, manifestar pesar pela morte de alguma pessoa importante, aumentar os ordenados dos funcionários municipais, etc. Destaca-se nas reuniões extraordinárias a referência e a tomada de posição do poder local face aos acontecimentos importantes da política nacional, como foi o caso da implantação da República. A acta da sessão do dia 10/10/1910, presidida pelo vice-

presidente da CMA, o Cónego José Ricardo Freire d'Andrade, rejubila com a mudança de regime:

"Considerando que a noticia official da proclamação da Republica no nosso paiz foi reconhecida pela maioria dos habitantes d'este Concelho com evidentes e ruidosas manifestações de aplauso e de jubilo em que tomaram parte todas as classes sociais; considerando que tal aplauso e jubilo tem origem não só na sêde anciosa d'uma regeneração política, social e economica que libertasse o paiz da aviltante degradação a que foi arrastado pelos governos monarchicos há longus annos, roubando-lhe a independencia a Credito e o prestígio seculares, mas tem origem ainda na Convicção que avassalou o espirito de todos os portugueses de que o regime monarchico já não devia restituir-nos aquellas nobres qualidades que conquistaram em eras distantes para este bello paíz o respeito e a admiração de todos os povos. (...) Por todos estes motivos proponho:

1º Que a Camara municipal d'este Concelho affirme a sua adhesão e fidelidade ao regime republicano

2º Que se Congratule com os habitantes do seu Concelho e com o paiz por tão desejado acontecimento, fasendo votos para que se inicie na nossa patria uma epoca de regeneração e de progresso politico e social.

3º Que se dê immediatamente conhecimento d'estas resoluções aos Ex<sup>mos</sup> Ministro do Interior e Governador Civil d'este districto

4º Que em signal de regosijo se encerre a sessão.

Aviz, 10 d'outubro de 1910.

servindo de Presidente da Camara

(o) Conego Jose Ricardo Freire d'Andrade

Depois de discutida foi aprovada por unanimidade.

Do que para constar se lavrou a presente acta. Eu Manuel Maximiano d'Oliveira, secretario da camara.

a) Cónego José Ricardo Freire d'Andrade

a) José Valentim Varella Junior

a) Joaquim Telles Varella Junior

a) Manuel Maximiano d'Oliveira" (*sic*)

O livro acaba com esta acta e o novo livro abre só em 2/1/1914. Não consegui apurar se neste intervalo de tempo não se escreveram actas ou se se perdeu o respectivo livro. Mas o que apurei foi que o Presidente em exercício em 1910, o Dr. Cosme dos Campos Callado, não participou neste sessão e, de qualquer modo, esta câmara, que devia ter ocupado as funções de poder até 1912, em 28/5/1911 já se encontrava substituída (sem que eu tenha encontrado acta de eleição ou de sessão da câmara) por outra com uma composição completamente diferente, nomeada por alvará do Governador civil do distrito. Por aqui conclui-se que o Dr. Cosme dos Campos Callado era monárquico (só voltou a ser presidente da CMA em 1923) e que o Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá que o substituiu, era republicano. Contudo, será talvez relevante salientar que os vereadores presentes nesta sessão eram bastante jovens: José Valentim Varela Jr. tinha 27 anos e o seguinte 22. Mesmo o cónego era uma personagem bastante pitoresca, pois apesar de ser padre e pároco da vila, vivia abertamente com uma senhora e tinha um filho dela.

(3) Sobre este tema dos critérios para o exercício do direito de voto nos finais do séc. XIX, diz Pedro Tavares de Almeida que "só podia ser confiado aos cidadãos (que possuíssem as

necessárias) independência económica e qualidades morais (...) A capacidade para agir em conformidade com os imperativos da razão e do bem comum não era um dom inato, pressupondo um certo grau de instrução e, sobretudo, a posse de bens materiais – a qual era uma garantia de liberdade de espírito e de dedicação à 'coisa pública', *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868 – 1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p. 12. Assim, os elementos pedidos nos recenseamentos e inscritos nos respectivos livros são uma fonte muito importante. Por exemplo, o livro de 26/2/1886 fornece as seguintes informações:

"- Provas de Censo para eleitores e elegíveis:

Contribuições:

predial  
pessoal e sumptuária  
industrial  
municipal  
parochial  
total

Ordenados

Se sabe ler e escrever

Se é chefe de família

Habilitações literárias que dispensam outras provas de censo

- Emprego ou profissão
- Estado
- Moradas
- Annos de idade
- Cargos para que são elegíveis:
  - deputado e junta geral
  - municipaes
  - juiz de paz
  - parochiaes
- Maiores contribuintes
- 40 maiores contribuintes de contribuição industrial, renda de casas e sumptuária
- há uma última coluna para observações" (*sic*).

Logo nos recenseamentos seguintes, a quantidade de informações diminuiu substancialmente, eliminando-se as colunas que especificavam o tipo de contribuição que o eleitor pagava, o que dificultou o trabalho do investigador. Por exemplo, no livro do recenseamento eleitoral de 3/6/1908 são fornecidos os seguintes dados, já sem especificar os MC:

- nomes
- idades
- estado
- emprego ou profissão
- morada
- base da inscrição: contribuições que pagam, curso especial ou superior, por saber ler e escrever, vencimentos.
- elegível para os cargos: distritais, municipais, paroquiais.

A partir da República e da nova lei eleitoral de 5/4/1911, os critérios de definição dos eleitores mudaram: o valor das contribuições pagas deixou de ser considerado e as informações fornecidas são apenas as seguintes: nome, idade, estado civil, profissão, residência, "título da inscrição: por saber ler e escrever (ou) por ser chefe de família". O recenseamento de 7/5/1911, já é feito nestes termos.

O recenseamento de 24/9/1913, segundo a lei eleitoral de 3/7/1913, já tem novas alterações, apresentando apenas os seguintes elementos: nome, idade, estado civil,

profissão, morada; se é ou não elegível para senador, deputado ou para os corpos administrativos. Este livro apresenta ainda uma lista para observações onde se inscreveram os cargos oficiais que os eleitores ocupavam, por exemplo: tesoureiro ou secretário da câmara, etc.

Por razões que não apurei, os livros do recenseamento sofrem uma interrupção entre 1917 e 1930, um lapso de tempo considerável e que bastantes problemas causou na identificação e localização de algumas personalidades políticas.

Depois da instalação do Estado Novo, os livros de recenseamento eleitoral, além de estarem divididos por freguesias, apresentam uma nova divisão muito significativa: elaboram-se dois livros, um para os indivíduos com direito a voto nas eleições da Assembleia Nacional e do Presidente da República e outro para os eleitores das Juntas de Freguesia. É claro que o segundo tem um maior número de eleitores que o primeiro. Este é, aliás, um dado bastante importante que estes livros fornecem: as alterações do número dos eleitores ao longo das mudanças de regime e de leis eleitorais. O estudo desta variação confrontado com os totais da população (recolhidas no *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960)*, Tomo I, volume 1º: "População – Dados Retrospectivos (Distritos, Concelhos e Freguesias)"; Instituto Nacional de Estatística; Lisboa.) permitiu ter uma noção do peso demográfico das elites face ao total da população do concelho. Esta fonte deu-me também indicações importantes sobre as alterações dos limites espaciais das freguesias do concelho.

(4) Este facto tem várias explicações:

\* no caso de uma pessoa morrer deixando filhos ou outros herdeiros menores ou "dementes", é necessária a instituição de um processo judicial, no qual se realiza o chamado "Inventário Orfanológico". Em Avis, estes processos transitaram para a Comarca de Fronteira, à qual este concelho pertencia pelo menos até 1900. Assim, foi necessário ir ao Tribunal de Fronteira, no qual o arquivo sofre dois problemas: a organização dos ficheiros e catalogação dos processos é deficiente, sendo necessário procurá-los aleatoriamente em prateleiras com inúmeros maços; esta pesquisa provoca por vezes a destruição dos mesmos processos, pois o papel está envelhecido e desfaz-se ao toque. Perdem-se assim, ou não se conseguem encontrar, informações valiosas.

\* algumas pessoas das listas morreram noutras concelhos, alguns desconhecidos, logo os seus inventários foram lá realizados.

\* algumas famílias têm processos de inventário ainda em curso, arrastados por décadas devido a problemas legais, filhos dementes, ocupações de terras, etc. Felizmente, o funcionário das Finanças disponibilizou-me alguns, após eu ter descoberto os números de processo por vias indirectas, como por exemplo em testamentos de parentes.

\* não se encontram processos anteriores a 1894 (o 1º é o nº 6 do anexo 2). Ninguém me forneceu uma explicação para este facto, mas penso que se tenham deteriorado ou tenham sido destruídos: Isto dificultou o processo de reconstituição da evolução da situação económica das famílias, cujo estudo das origens ficou então dependente das fontes orais, na falta de arquivos familiares.

(5) Há ainda alguns destes processos nos quais não se procedeu a inventário oficial, geralmente devido à existência de um único herdeiro. Nestes casos, o valor dos imóveis não é fornecido, mas em muitos destes, os respectivos valores foram acrescentados posteriormente. São, no entanto, descritos completamente como nos outros.

(6) Decreto-Lei nº 195-A/76, de 16 de Março: "Art. 1º (Abolição da enfiteuse). 1. É abolida a enfiteuse a que se acham sujeitos os prédios rústicos, transferindo-se o domínio directo deles para o titular do domínio útil. Art. 2º (Indemnização ao titular do domínio directo). (...) quando este for uma pessoa singular com rendimento mensal inferior ao salário mínimo nacional" in Joaquim Barros Mouro e Manuel Barros Mouro – *Reforma Agrária. Legislação. Notas. Comentários.*, 2ª edição, Centro Gráfico, Vila Nova de Famalicão, 1976, capítulo IV – Extinção dos Foros, p. 121. A definição de foros que este decreto-lei apresenta é bastante significativa da ideologia política da época em que ele foi publicado: "encargos e obrigações que correspondem a puras sequelas institucionais do modo de produção feudal (...) política agrária orientada para o apoio e a libertação dos pequenos agricultores" Um apoiante acérrimo desta instituição foi José Pequito Rebelo, grande proprietário do distrito de Portalegre (Comenda, concelho de Gavião), que escreveu em 1959 um apelo aos legisladores para voltarem a dar à enfiteuse o peso que esta tinha nos séculos passados.

(7) Sobre este tema pode ler-se: "Ao permitir uma análise da composição do património familiar, no mais ínfimo pormenor dos instrumentos e bens que rodeavam a vida quotidiana das populações do passado, abria-se a via para uma compreensão dos padrões de consumo e estilo de vida, das actividades económicas que constituíam a fonte dos rendimentos familiares ou das formas em que se processava a transmissão de bens e poder entre as gerações"; Maria Manuela Rocha – *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX*, Lisboa, 1988, p. 163.

(8) Hélder Fonseca – *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, Tese de Doutoramento, Évora, 1992, vol. II, p. 324.

(9) Desta fonte o autor retirou informações essenciais para definir os atributos profissionais e sociais dos maiores contribuintes eborenses (detectados previamente nos recenseamentos a partir das listas dos Maiores Contribuintes):

- \* as propriedades rústicas e urbanas,
- \* o número de hectares possuídos e arrendados,
- \* as informações referentes à lavoura, as quais permitem formular modelos de exploração das terras: descrições das instalações e alfaías agrícolas, dos géneros em armazém, dos gados, da tecnologia utilizada (o trem de lavoura, as ferramentas, os instrumentos e materiais de transporte),
- \* a residência propriamente dita, com as descrições das várias divisões, a separação da zona social e privada, o respectivo mobiliário e as dependências da casa: queijaria, oficina de ferreiro e do abegão (que em Évora era o carpinteiro, mas cuja definição sofre alterações regionais, podendo ser também o encarregado geral da lavoura ou do grupo dos ganhões), arrecadação, adega, celeiros, etc.

Tirou ainda importantes conclusões sobre os já referidos interesses industriais e financeiros: "Estes dados revelam um mundo de interesses seguramente mais complexo do que aquele que é sugerido pela imagem de uma burguesia 'agrária' e territorializada. No entanto, o controlo da terra era uma das condições que caracterizava este grupo e lhe conferia a proeminência social e económica de que disfrutava".

(10) Maria Manuela Rocha, *op. cit.* O seu principal objectivo foi "tentar compreender as formas de repartição da propriedade, tentando detectar quais os principais proprietários e

qual a distribuição social da terra. (além disto procurou também) analisar se haverá no contexto da sociedade local elementos que se distinguem claramente no controlo da propriedade fundiária; por outro lado, há que perceber qual a difusão que se verifica no acesso à posse da terra para o conjunto da população do concelho", pp. 5-6. Este objectivo levou a autora a ter de hierarquizar toda a sociedade deste concelho. Para tal, efectuou uma "análise da composição das fortunas", p. 9, mas especificou que isto era apenas uma parte do estudo mais amplo que ela pretendia realizar: "a compreensão das formas de hierarquização de uma determinada sociedade passa pela leitura de fenómenos diversificados. As diferenças quanto ao grau de riqueza são apenas um dos elementos de apreensão dessa estratificação. Para a sua compreensão global seria necessário um olhar mais abrangente, que atendesse nomeadamente às diferenças de *status* e ao exercício do poder político local. O lugar que se ocupa na hierarquia social encontra uma adequação no estilo de vida, nas casas onde se habita, na forma como se é tratado, na maneira como se apresenta o vestuário, nos cargos que se ocupa, por exemplo", pp. 8-9.

Quando pretendeu determinar a "distribuição e formas de propriedade" (capítulo III, p. 37), a autora viu-se na necessidade de definir o grupo dos detentores da propriedade, as quais neste caso e nesta época eram as grandes ordens religiosas e a Casa de Bragança, que recebiam foros e rendas. O tratamento dos inventários *post-mortem* dos indivíduos deste grupo permitiram-lhe "a obtenção de uma primeira imagem (...) Em cada processo indica-se toda a propriedade de que o inventariado era possuidor (...) expressa-se sempre quem é o senhorio directo e o quantitativo dos foros ou pensões impostos sobre a propriedade. É, portanto, uma fonte imprescindível para obtermos um quadro geral dos detentores do domínio directo, sendo possível alcançar a ideia em termos de ordem de grandeza da importância relativa dos vários elementos deste grupo", p. 39.

As conclusões deste capítulo são essencialmente referentes ao tipo de posse da propriedade que predominava na época em estudo: a enfiteuse. Em relação ao concelho de Avis no período estudado a realidade já se apresenta diferente, conforme se verifica no quadro do anexo 2: entre as herdades possuídas pelos inventariados, 90% já são em propriedade plena. No entanto, os inventários recolhidos em Avis não nos dão o quadro geral dos detentores das terras, uma vez que apenas analisei os inventários de pessoas da elite económica e política residente no concelho, faltando-me, para tal, os restantes proprietários. Este assunto é tratado no capítulo 3, no qual fiz a conjugação desta com outra fonte essencial: os anuários comerciais.

<sup>(11)</sup> Este arquivo inclui ainda uma espécie de museu arqueológico, pois este proprietário, descendente de lavradores, médicos e advogados, foi um estudioso da História de Portugal, chegando mesmo a escrever um livro sobre as vias romanas. Viveu em Lisboa grande parte da sua vida, das rendas das herdades em Avis, pertenceu ao círculo de amigos de Fernando Pessoa escreveu vários livros bastante curiosos, mas condicentes com o espírito da época. Pretendeu provar que Luís Vaz de Camões viveu em Avis parte da sua vida, quando esteve exilado no Maranhão. Importante para este trabalho foi a genealogia que escreveu da família Pais de Avis, remontando ao século XVI.

Livros publicados:

- *Evangelho de São Vito*, 1917.
- *Poemas Heróicos de Simão Vaz de Camões*, 1921.
- *Portugal Cristão-Novo*, 1921.

- *Camões no Maranhão*, 1922.
- *Táboa Genealógica da Varonia Vaz de Camões*, 1924.
- *A invasão dos Judeus* Lisboa, 1924, com os seguintes capítulos:
  - A invasão do sangue
  - Assalto à Riqueza
  - Assalto ao Estado
  - Assalto à Religião
  - Assalto à Vida Mental
- *A Explicação do Homem*, 1928.
- *Origens do Bairro-Alto de Lisboa. Verdadeira Notícia*, Edição da Solução Editora, Lisboa, Julho de 1929.
- *Erridânia, geografia antiquíssima*, Lisboa, 1936.
- *As grandes vias da Lusitânia. O itinerário de Antonino Pio*, Lisboa, 1957, 6 tomos.

(12) Maria Filomena Mónica em colaboração com António Barreto – *Retrato da Lisboa popular 1900*, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1983, p. 5.

(13) Helder Fonseca (coord.) – Exposição *Retratos de família. As elites eborenses no século XIX*, Galeria São Miguel – Évora, 28/6 a 20/7/1996.

(14) Simon Kuin – “Olhares Russos”, in *Expresso* (Revista), 20/1/1996, p. 84.

(15) José Tengarrinha – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Portugália Editora, Lisboa, 1965.

(16) A. H. Oliveira Marques – *História de Portugal*, volume III, 2ª edição, Palas Editores, Lisboa, 1981; *idem* – *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981 e *idem* – *História da 1ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

(17) Ver capítulo 5.

(18) Por exemplo, o anuário de 1901 tem os seguintes itens: pormenorizada descrição geográfica e histórica da vila e concelho de Avis, caminhos-de-ferro, feiras e os nomes de todas as pessoas que participam nas seguintes actividades: Administração do concelho, advogados, Câmara Municipal, correios e telégrafos, guarda fiscal, juízo de paz, lavradores ou agricultores, médico, Misericórdia, negociantes e comerciantes, notário, pároco, farmácias, professores, recebedoria, regedoria, repartição de fazenda, solicitador, teatro e actividades de recreio. Tudo isto discriminado para cada freguesia.

O anuário de 1928, por sua vez, divide ainda os lavradores e proprietários em produtores de cereais, de azeite, de cortiça, de mel, criadores de gado, viticultores e vinicultores, indicando (fonte rara), não só os do concelho, mas também os proprietários de terras em Avis, mas com residência noutros concelhos. Estas informações foram preciosas para o capítulo 3, além de permitirem a definição profissional de grande parte das pessoas até aí apenas conhecidas pelos nomes nas listas dos recenseamentos e do pessoal político.

(19) José da Silva Picão – *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983 (edição original de 1903, reeditada em 1947).

(20) A. H. Oliveira Marques – *História de Portugal*, *op. cit.*, p. 226

(21) Os livros do Prof. Agostinho de Campos, escritos em 1922, apresentam uma ortografia muito semelhante à usada actualmente, só com alguns ^ a mais, o que só prova que os jornalistas da época e os funcionários da CMA que escreviam os livros de registos e as actas é que tinham menos noções de ortografia. Este autor era político, jornalista e professor, por isso o seu nível de conhecimentos da língua seria mais elevado. As minhas fontes revelam-me uma enorme inconstância até mesmo ainda em 1940, com variações de ortografia dentro de um mesmo parágrafo.

## Capítulo 2:

(1) Os concelhos do distrito de Portalegre eram 15 em 1930: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre, Sousel. Porém em 1935 já eram apenas 12: Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Ponte de Sor, Portalegre, Sousel. Avis tem grandes afinidades e relações com os concelhos do distrito de Évora, como Mora e mesmo Évora, pois parte dos proprietários das terras do concelho têm as suas sedes e residência em Pavia e Cabeção, freguesias do concelho de Mora. Além disto, Avis pertence ao bispado de Évora. Quanto ao concelho da Ponte de Sor, a vila mais próxima é Galveias, residência da família Marques Ratão, outros grandes proprietários de terras em Avis.

(2) A comarca de Avis foi suprimida pelo decreto-lei nº 13.917 de 9/7/1927, ver: Félix Ribeiro – "Avis", in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 3º Volume, Editorial Verbo, Lisboa, 1965, pp. 180-181. Segundo informações dos anuários comerciais, em 1901 Avis era um concelho de 2ª ordem pertencente à comarca de Fronteira; já em 1908 Avis é apresentada como sede de comarca. Até aos anos 20 o concelho é descrito nesta fonte como: "Concelho de 2ª ordem e fiscal de 3ª classe – Comarca de 3ª classe – Relação de Lisboa – Pertence ao districto de Portalegre – Arcebispo de Evora – Dista 47 kilom. de Portalegre e 45 kilom. de Evora – População: 5:200 hab. – Freguezia da sede do concelho: *Nossa Senhora da Orada*" (sic). Em 1928 já aparece descrito como "Concelho de 3ª ordem".

(3) Jorge Rodrigues – *Guia Artístico de Avis*, Câmara Municipal de Avis, Avis, 1993, p. 10.

(4) *Ibidem*, p. 30.

(5) Esta propriedade pertencia à mulher de Joaquim de Figueiredo e vem descrita no inventário orfanológico do marido, realizado em 1890: ver anexo 2.

(6) Mário Vieira de Sá – *O Alemtejo, sua descrição geral. Principaes produções e Projectos de irrigação*, Lisboa, 1911, p. 18.

(7) *Ibidem*, p. 178.

(8) Inscrição no monumento de pedra a Salazar na Barragem do Maranhão:  
"Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos.

A rega é considerada magno problema de interesse simultaneamente económico, social e militar, que, como nenhum outro, contribuirá para a valorização do património nacional, para a criação da riqueza pública, para a absorção do nosso excesso demográfico e para o desenvolvimento do comércio interno e externo do país".



(9) Félix Ribeiro – *op. cit.*, p. 180.

(10) "Em 1211 El-Rei faz doação do *logo de Avis* e seu termo à Ordem de Evora que logo mudando para aí o seu convento se ficou chamando *Ordem e Cavalaria de S. Bento de Avis*. Era com a condição de acastelarem a vila e de a terem sempre *povoada* de guarnição militar – que era êsse o sentido da expressão *povoar castelos*. (...) O sistema administrativo da Ordem consistia em fundar povoações em terrenos incultos. Determinavam uma dada área, o *herdamento* ou *sêsmo*, estabeleciam o sítio para a construção de casas, davam-lhe nome, e depois redigiam um foral de póvoa declarando aforada para todo o sempre a terra à razão do *quinto* ou do *dízimo* de tôda a produção anual, e para quem a quizesse povoar. Era aforada à colectividade, e não à pessoa em particular. Os povoadores elegeriam alcaides e meirinhos para a distribuição entre êles das terras do sêsmo; e a Ordem arrendava vitaliciamente, e em condições de privilégio, todo o rendimento da nova póvoa, a um dos seus freires que seria então o *Comendador* do lugar. Quando os freires tiveram autorização para casar, a Comendadoria tornou-se hereditária. Foi assim, por exemplo, que a Comenda das Galveias andou na casa dos Melo e Castro, de que um representante foi o 1º Conde das Galveias. (...) Avis era comenda do comendador-mór", Mário Pais da Cunha e Sá – "Concelho de Avis. Ordem e cavalaria. Avis e o seu distrito. Um pouco de história", in revista *Expansão Portuguesa*, 1935, pp. 239 – 244.

(11) *Ibidem*, p. 241.

(12) "- Porque esta abolição do título de mestres? É que a Ordem tinha evoluído num sentido verdadeiramente sacerdotal, perdendo o seu carácter guerreiro, e como já os mestres não eram eleitos livremente, mas da escôlha dos reis, e como o título de mestre, devia, pelo Estatuto, identificar-se em espírito, com a corporação, e esta era religiosa, não fazia sentido que um príncipe profano fôsse dentro da Comunidade outra coisa, além dum governador e administrador", *ibidem*, p. 241.

(13) "As suas herdades eram principalmente em Evora e Avis, e tinham sido da Infanta D. Beatriz, filha do rei D. Fernando, que, por ser casada com o rei de Castela e êste andar em guerra com Portugal, o pai lhas tirou e ofereceu ao Camões. Duarte de Camões da Câmara, filho de Simão de Camões, morador em Avis, possuía ainda domínios grandes na freguesia do Maranhão, dêste concelho, onde está ainda hoje a herdade chamada *de Camões*, mas tudo vendeu ao vice-rei das Índias D. Constantino de Bragança, quando êste regressou, para aí instituir o seu morgadio do Maranhão, com solar, o qual foi a seus descendentes, os Duques de Cadaval, em cuja posse está" (*sic*), *ibidem*, p. 242. Esta herdade esteve, no período estudado, arrendada a um dos ramos da família Varela, uma vez que os proprietários, a família Cadaval, residiam fora de Portugal. Os rendeiros foram João Telles Varela, que aparece no recenseamento de 1890 como MC, proprietário, residente em Camões, no Maranhão e no anuário de 1901 como lavrador do Maranhão; e mais tarde ao seu filho Simão Telles Varella, um dos membros mais importantes da elite política de Avis. Nos anos 40 a Casa de Cadaval vendeu a herdade de Camões à Companhia Agrícola do Alentejo, que por sua vez (c. 1950) a vendeu à família Barreiras, negociantes de cortiça.

(14) "O cadastro da população do reino em 1532 dava como morando em Avis em casas suas, dez padres, não contando com os do convento. Nesse tempo tinha a vila 320 fogos, dos quais 98 no Arrabalde que noutros tempos fôra um bairro nobre. Avis tivera, antes, muito mais população quando lá viviam os mestres. Dois séculos depois, 1730, tem a vila

342 fogos; aumentou 22, apesar da sua importância relativa ter diminuído consideravelmente. Em 1758 conta 260 fogos, em vinte ruas. Na freguesia mais 130 em 49 herdades, 18 hortas e 30 'montes'. *Monte é a casa da lavoura*", *ibidem*. Assim, estes 390 fogos da freguesia de Avis distribuíam-se do seguinte modo: 2/3 na vila e 1/3 em espaço rural. Este autor refere ainda vários médicos, clérigos e militares originários de Avis que se distinguiram nas suas carreiras e escreveram tratados e livros de poesia.

<sup>(15)</sup> Sobre este assunto pode ler-se J. T. Montalvão Machado – *Como Nascem e Morrem os Portugueses. Estudo Demográfico*, Gomes e Rodrigues, Lda, Lisboa, 1957. No artigo de Carlos da Silva – “Acerca da génese das relações de produção características do latifúndio em Portugal”, in Afonso de Barros (coord.) – *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Seminário realizado em Dezembro de 1979, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras, 1980, p. 81, o seu quadro 2 pode resumir-se ao seguinte:

Densidades demográficas: nº de habitantes por km<sup>2</sup>

Grupos de Distritos	1874	1878	1940	1957
1 - Viana do Castelo, Braga e Porto	139		288	
2 - Aveiro e Coimbra	86			153
3 - Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal	51			186
4 - Viseu, Guarda e Castelo Branco	50			66
5 - Faro	39			64
6 - Vila Real e Bragança	39			56
7 - Portalegre, Évora e Beja	15			30
Avis (ver anexo 7)		8,5	14,8	

Enquanto a população do concelho cresceu 76,1% entre 1890 e 1940, a sua densidade populacional aumentou 74,1%. O concelho de Avis tem apenas 4% da população total do distrito de Portalegre em 1930 (valores calculados a partir dos dados do censo desse ano).

<sup>(16)</sup> Ver quadro da p. 31 de José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, vol. 6º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, no qual se apresentam os valores da população em centros urbanos, capitais de distrito ou concelhos. Apesar de ser vila, Avis é capital de concelho, por isso pode aqui ser incluída. Para o cálculo desta taxa de população urbana, utilizei os cidadãos inscritos nos recenseamentos eleitorais.

<sup>(17)</sup> Estas informações sobre os locais de residência no concelho de Avis foram recolhidas nos livros do recenseamento eleitoral, por isso dizem respeito aos cidadãos eleitores. O último livro encontrado que refere estes dados foi o de 1913. Os recenseamentos seguintes infelizmente só dizem a freguesia de residência, não especificam as categorias rurais, como os montes e lugares, etc. Os gráficos do anexo 10 foram feitos em relação ao total dos eleitores, mas já dão uma imagem clara da diminuição da população residente nos montes.

<sup>(18)</sup> Ver Pedro Tavares de Almeida – *op. cit.*, p. 190. Para Avis estes valores foram calculados a partir dos dados dos recenseamentos da população e dos recenseamentos eleitorais, reunidos no quadro nº 3 do anexo 7. Para calcular a percentagem dos eleitores sobre a população masculina adulta utilizei a taxa nacional da população masculina maior de 21 anos para esse ano de 1890 = 26%.

(19) *Ibidem*, pp. 36, 41.

(20) Ver anexo 9 e nota 16: a diferença entre o critério de eleitor em 1878 e em 1895 é o facto de saber ler e escrever, o que reduziu consideravelmente o número do eleitorado.

(21) Esta descida coincide com a tendência do distrito de Portalegre apresentada no quadro XVI da obra de Fernando Rosas – *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.) – *op. cit.*, vol. 7º, p. 43. Este quadro apresenta as percentagens de "Patrões" (no caso de Avis a maioria dos patrões eram naturalmente os proprietários rurais) e de "Trabalhadores por conta de outrem" em 1940 e 1950 e em Portalegre há uma descida quase para metade da percentagem de patrões e uma subida da percentagem de empregados nestes anos.

(22) Picão – *op. cit.*, pp. 25-26. Este autor descreve as lavouras alentejanas nos finais do século XIX, com todas as suas componentes. Nos anos 30 deste século, os seareiros ainda exerciam as mesmas actividades: "Há em grande parte das herdades e casas agrícolas alentejanas uma espécie de cultivo e lavoura de curiosas características (...) Constitui uma espécie de arrendamento, baseado em moldes convencionados e segundo combinação previamente estabelecida entre êsses cultivadores e o proprietário das herdades. Representa uma modalidade típica em que só a terra pertence ao proprietário, encarregando-se os cultivadores de ali fazerem a lavoura, colhendo os resultados para si e pagando o prémio convencionado à herdade que amanhã. (...) Os «ceareiros» exercem igualmente a sua actividade em grande parte das propriedades da «Casa Abreu Calado» (...), trabalhando por conta própria concorrem com o seu contributo para a prosperidade e engrandecimento das herdades" (*sic*), revista *Expansão Portuguesa*, 1935, p. 166.

Na obra de José Cutileiro – *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição portuguesa, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977, esta «classe heróica» também é descrita com pormenor nas pp. 69-75.

(23) A história desta família está descrita no artigo "Uma vida exemplar. Manuel Prates Pina. A sua odisseia e o seu triunfo – Como o Concelho de Avis foi todo arroteado", in *Álbum Alentejano*, dir. Pedro Muralha, Edição da Imprensa Beleza, Lisboa, Tomo III – Distrito de Portalegre, 1937, pp. 629-633. Este artigo é muito revelador da mentalidade da época: diz o seu autor, descrevendo a vida do patriarca desta família, e pretendendo emocionar o leitor e motivá-lo para o trabalho árduo com o qual será recompensado, que "Ele nasceu na obscuridade; ele que era *nada*, homem sem nome nascido apenas para ser aproveitado como maquina para o trabalho, teve esta aspiração sublime: «Ser tratado um dia por sr. Pina.» *Senhor!*... (...) será uma aspiração que constitua uma utopia? Não é! A prova está na vida exemplar do alentejano Prates Pina..." (*sic*), p. 629.

(24) Picão – *op. cit.*, p. 117. Sobre as comedorias, ver a descrição pormenorizada nas pp. 136-150. Ver ainda: A. H. Oliveira Marques – *História da 1ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978: no quadro da p. 318, este autor apresenta uma lista dos salários e alimentação do trabalhador rural em 1906 – 1910. Em Portalegre, o valor médio de uma ração alimentar era de \$163 réis; o salário médio de um homem por dia, a seco = \$297. Isto era muito perto da média nacional (\$285). Para Avis obtive apenas por informações orais o valor da jorna cerca de 1930: 7\$000. As pessoas entrevistadas foram unânimes na descrição da composição das comedorias: carne de porco

(conservada em sal ou no fumeiro), sacas de farinha e azeite. Este tipo de pagamento de serviços enquadra-se numa administração tipicamente paternalista.

(25) Para uma noção do grau de proletarização da agricultura alentejana e do peso demográfico deste grupo dos jornaleiros, ver: A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*, p. 50: neste quadro, o autor contabilizou o número de proprietários nos distritos de Portugal e Portalegre é o 2º mais baixo em 1910, a seguir a Évora; de seguida apresenta a percentagem dos proprietários sobre a população agrícola: Portalegre é também a segunda mais baixa com 17,2%, enquanto Évora tem 11,9%. Para Avis, os proprietários representam 14% dos eleitores em 1900, e em relação ao total dos eleitores ligados à agricultura representam 18%; estes valores são mais elevados devido ao universo em causa estar condicionado às leis eleitorais já referidas. Em 1941 os proprietários são também 14% dos eleitores, mas em relação à população agrícola são 17,7%. O mesmo autor na p. 371 apresenta um mapa da população associativa patronal e operária, elaborado em 1917, no qual se pode verificar igualmente a baixa percentagem de patrões em relação a empregados nesta região do país.

Quanto ao associativismo nesta classe, os processos das Associações de Classe em Avis estão arquivados no Ministério do Emprego e da Segurança Social e incluem os seus alvarás, estatutos, núcleo central e os primeiros órgãos de direcção; no arquivo da Câmara Municipal de Avis encontrei referência às seguintes associações:

- "Associação de Trabalhadores Rurais", Ervedal, 1921 – 1924.
- "Associação de classe dos operários rurais de Avis e arredores", criado em 1922 e extinto em 1939.
- "Associação de classe dos trabalhadores rurais de Avis", 1912 – 1938.
- "Associação de classe dos trabalhadores rurais de Benavila", 1919 – 1939.

(26) Noel Teles – *Lua Santa* (novelas), Tipografia Silvas, Lisboa, 1942, p. 21. Mais tarde esta personagem já é *maioral das vacas* e alcança uma posição invejável na comunidade: "Eram do domínio público as cabeças de *provilhal*, as suas correntes de ouro, a morada de casas com quintal, comprada na aldeia com o produto duma junta de novilhos vendida na última feira", p. 25. Sobre este tema ver também o capítulo sobre a «Grei Agrária», em Fernando Rosas – *op. cit.*, pp. 35-59.

(27) "Os habitantes da freguesia mantêm-se à custa da terra. Mesmo aqueles que não dependem directamente da agricultura, tais como logistas, taberneiros e artífices, são ainda condicionados pelos resultados do ano agrícola", José Cutileiro – *op. cit.*, p. 8.

(28) No arquivo da CMA apenas encontrei referência a uma associação de classe:

- "Sindicato único dos operários de construção civil e artes correlativas de Avis", criado em 1920 e com ofício de extinção em 1938.

No entanto, o grupo dos artistas frequentava locais de sociabilidade bastante exclusivos, dentro duma ordem social perfeitamente hierarquizada. As discriminações entre os grupos revelavam-se sob várias formas, entre as quais se incluíam os clubes. O seu clube em Avis era a *Sociedade dos Artistas Avizense*, referida nos Anuários Comerciais pelo menos desde 1908 (em 1937 surge pela 1ª vez como *Sociedade Artística Avizense*), na rubrica das "Sociedades de Recreio". Neste clube não era permitida a entrada dos trabalhadores rurais, pois não possuíam um ofício especializado, e mesmo entre os artistas seguia-se uma rígida

hierarquia: distinguíam-se, por exemplo, os sapateiros (os que faziam sapatos) e os remendões (os que apenas os consertavam e punham meias-solas).

(29) Gama Barros – *Afolhamento do termo de Avis no Século XV*, citado por Carlos da Silva – *op. cit.*, p. 75.

(30) Este crescimento das searas na paisagem alentejana nos finais do séc. XIX é referido por Picão – *op. cit.*, p. 284 e confirma a tendência para o abandono da criação de gado bovino: "a cultura cerealífera no concelho de Elvas aumenta, é certo, mas aumenta cerceando as pastagens dos *invernadouros* e *coutadas*. Alargam-se as searas, mas diminuem-se os pousios, o que obriga a reduzir a criação de gado vacum, limitando também o regime manadio das boiadas".

(31) "A espécie porcina, mercê do seu bom rendimento, tem tido ultimamente largo desenvolvimento a sua criação (...) A porcicultura é hoje uma das maiores receitas de uma exploração agrícola da região". João Garcia Pereira – "A indústria pecuária do distrito de Portalegre. Alvitres para o seu desenvolvimento e melhoramento", in *Álbum Alentejano*, p. 531.

No quadro da p. 176 de A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*, pode ver-se que Portalegre é o 3º distrito produtor de gado suíno em 1920 e 1925; é também o 3º em gado ovino em 1920 (sempre atrás de Beja e de Évora); quanto ao gado bovino, está de facto numa posição baixa nesta lista. Sobre a alimentação, engorda e venda dos porcos, ver Picão – *op. cit.*, pp. 67-69.

(32) "A indústria da espécie ovina mantém a prosperidade de há anos manifestada (...) É certamente de tôdas as espécies a de mais regular rendimento, sem grandes lucros, mas também sem grandes oscilações; aproveita-se-lhe a lã e também o leite para fabrico de queijo, com uma indústria de lacticínios *sui generis*, muito pouco higiénica, muito pouco progressiva mas enfim ajustada às condições do meio" (*sic*): João Garcia Pereira – *op. cit.*, p. 531. Sobre os trajos alentejanos, ver Picão – *op. cit.*, pp. 193-198.

(33) "A criação de solípedes é feita em manadas (...) poucas vezes superiores a vinte éguas de ventre, hoje quasi tôdas orientadas à produção *mulateira* (...). Na criação de bovinos (...), o número de vacas diminuiu sensivelmente por não ter sido rendosa a sua exploração (...) nestas a função leiteira ou lactígena é muito redusida (...) ficando portanto reservada aos bovinos desta região, salvo algum gado turino, e como factor de principal valia – a função de produção de trabalho – vindo logo a seguir a produção de carne como última étape na vida do animal..." (*sic*), as palavras em itálico são destacadas pelo pitoresco da expressão utilizada, João Garcia Pereira – *op. cit.*, p. 530.

(34) José Godinho d'Abreu era considerado grande lavrador e ganhou vários concursos pelo gado que criava. A sua coudelaria era apreciada e um cavalo seu chamado *Kalifa* foi campeão internacional ao ganhar um primeiro prémio no concurso de saltos em Nice, em 1931. Há várias fotografias deste cavalo expostas pela casa. O seu irmão Cosme dos Campos Callado, herdeiro de todos os bens da família e também sem filhos, constituiu a Fundação Abreu Callado, que funciona até agora.

Diplomas expostos na Fundação: do Ministério da Economia, "pela apresentação de um grupo de carneiros pretos, no 8º Concurso de Gado ovino Alentejano. Portalegre, 7 de

Maio de 1942". No mesmo concurso ainda ganhou diplomas pela apresentação de "borregos pretos" e de "malatas pretas".

No V Concurso de gado ovino alentejano, em Portalegre, 24/4/1938, ganhou diploma pelas suas "malatas pretas".

Estes animais são da raça Merino Alentejano Preto, bons para carne e muito apreciados pela sua lã escura, própria para fazer os capotes típicos alentejanos e as samarras.

(35) Sobre a importância do trigo na economia alentejana, ver Jaime Reis – "A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)", in Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, pp. 97-161. Na p. 127, este autor descreve como nos finais do século XIX o trigo não era a base da economia desta região: "O trigo também não era o grande produto monocultural que por vezes se julga. A economia alentejana no século XIX era razoavelmente diversificada, constituindo os porcos, os bovinos, a cortiça, o azeite e a lã as outras fontes importantes do rendimento agrícola".

Quanto ao peso do trigo na economia alentejana na 1ª República, ver: A. H. O. Marques – *op. cit.*: no quadro da p. 138 pode ver-se que em 1917 Portalegre é o 3º distrito maior produtor de trigo, produzindo metade do trigo de Beja. Os seus interesses na produção de gado e nas espécies silvícolas confirmam-se noutros quadros apresentados por este autor.

No Estado Novo, segundo o já citado *Álbum Alentejano*, sobre o distrito de Portalegre, "A região do distrito é caracterizada pela azinheira e pelo sobreiro, pela oliveira, pela vinha, pelo trigo. (...) O trigo é o mais importante dos cereais produzidos em todo o distrito. (...) Eis o mapa das produções relativamente ao ano de 1932, elementos que nos foram fornecidos pelo Ministério da Agricultura.

Trigo.....	72.795.960	litros
Aveia.....	37.506.800	"
Cevada.....	9.705.010	"
Fava.....	5.453.340	"
Grão.....	2.073.830	"
Cortiça.....	9.822.300	quilos
Azeite.....	6.553.020	litros
Vinho.....	4.675.400	"

(...) É também a pecuária uma grande riqueza distrital..." (p. 523).

(36) Jaime Reis – *op. cit.*, p. 126.

(37) *Ibidem*, pp. 97-99. Sobre este tema ver também Rui Ramos – *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir.) – *op. cit.*, vol. 6º, p. 231.

(38) *Álbum Alentejano*, p. 625.

(39) *Ibidem*, p. 626.

(40) Segundo o mesmo artigo, o procedimento geral no concelho de Avis nos finais do séc. XIX foi o seguinte: "Possuindo diversos proprietários muitas centenas de hectares de terras incultas e julgadas por muita gente mui pouco produtivas, ofereceram-nas por 12 anos a quem as quizesse explorar. Prates Pina foi o primeiro a pedir; pediu terra para 4 alqueires de trigo. Talvez o tomassem por um visionário. Pois quê? Como poderia o nosso homenageado colher pão dum matagal coberto na sua maioria por carrasqueiro de azinho? (...) Ha arroteamentos que se fazem com relativa facilidade (...) Mas o mato bravo que, na

sua maioria atapetava as terras do concelho de Avis? Este era constituído por carrasqueiros ou moitas de azinho e de carapinha..." (*sic*), *op. cit.*, p. 630. E o artigo continua, explicando o difícil processo de arroteamento da terra, até chegar ao ponto em que "A terra inútil, a terra de matagal fôra transformada. Ele, com uma alegria grande viu nascer o trigo, acompanhava a sua gestação, dia a dia, hora a hora", p. 631. Estas descrições épicas apelavam emoções do leitor mais despreparado, que decerto ficava convencido com toda esta propaganda ao trabalho árduo recompensado em vida!

(41) Sobre a Campanha do Trigo de 1929, ver Armando Paula Coelho – "A Campanha do Trigo e a Junta de Colonização Interna (1929-43)", in Manuel Villaverde de Cabral (dir.) – *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, sécs. XIX e XX*, Editorial Inova, Porto, 1974. Esta campanha tinha como objectivos "dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e mais importante de todas as indústrias e como primeiro factor da prosperidade económica nacional". Em 1930 muda de nome para "Campanha da Produção Agrícola": política de fomento geral da agricultura, sob uma organização corporativa da produção do trigo, das indústrias de moagem e panificação, pois a "importação era considerada 'causa de atraso e depauperamento da economia nacional'". A produção aumentou nos primeiros 6 anos com o dinheiro que o orçamento de estado disponibilizou para a agricultura; houve extensão da área cultivada e favoráveis condições climáticas; porém, em 1936 a produção desceu bastante. Com estas campanhas pretendeu-se atingir a intensificação das culturas com planos de obras de hidráulica agrícola, irrigação e povoamento do interior. Para tal criou-se a Lei da Rega de 24/5/1935 e estimulou-se a colonização de terrenos de sequeiro.

Anteriormente já existia em Avis um Celeiro Comum, cujo arquivo se encontra na Câmara Municipal deste concelho e merecia um tratamento aprofundado, talvez num trabalho posterior. O Sindicato Agrícola de Avis foi fundado em 1931 e o Celeiro da FNPT em 1933; as sua legislação e órgãos directivos estão descritos no anexo 15.

(42) Os grémios da Lavoura foram criados a partir da lei nº 1.957, a qual estabeleceu as "Bases para a organização corporativa da agricultura" e foi publicada no *Boletim do INTP*, Ano IV, nº 13 de 31/5/1937, pp. 350-352. A Base III esclarece quanto aos fins para que estas instituições foram criadas: "funções políticas conferidas pela Constituição aos organismos corporativos; desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade de todos os elementos da produção – capital, técnica e trabalho; contribuir, pelos meios ao seu alcance, para o desenvolvimento económico e para o aperfeiçoamento técnico da produção agrícola (...) auxiliar os agremiados na colocação e venda dos seus produtos ou promover a venda dos mesmos (...) facultar a aquisição colectiva de matérias e artefactos necessários ao trabalho agrícola com destino aos seus agremiados; possuir armazéns, celeiros, adegas, máquinas, alfaias, utensílios agrícolas e animais, bem como montar instalações ou serviços de interesse comum dos agremiados...".

(43) O interesse do Estado em estimular a produção de trigo traduziu-se no "Novo regime cerealífero", decreto-lei nº 30.579, publicado no *Boletim do INTP*, Ano VII, nº 13 e 14 de 15 e 31 de Julho de 1940: face à "escassez da presente colheita (e à) necessidade de reduzir ao mínimo as importações pagas em moeda estrangeira (...) é necessário empregar todos os esforços para que a colheita de 1941 atinja o nível de consumo", p. 347. Para tal baixou-se o preço dos adubos e concedeu-se um subsídio ao trigo. Além disso, estimulou-se de novo a

cultura deste cereal em todos os pedaços de terra: "E, nestas condições, não deverá ficar maninha terra que possa dar pão", p. 384.

Sobre o tema da produção de trigo no Estado Novo e os conflitos entre indústria e interesses rurais, ver Fernando Rosas – *O Estado Novo nos anos 30 (1928-1938)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1986. Este autor desenvolve o tema dos "interesses rurais *versus* indústria" nas pp. 148-166. Quanto à indústria da moagem em Avis, não podemos esquecer que os lavradores em causa eram primeiro que tudo produtores de trigo; a sua actividade industrial surgia apenas como complemento. Daí o interesse maior em escoar a produção do que em manter uma indústria que não tinha possibilidade de concorrer com as grandes fábricas de moagem. Um exemplo disto foi a "Fábrica de Moagem Couceiro Braga, Garcia, L.da", que abriu em Maio de 1935 e cuja vida não foi muito longa, devido exactamente ao monopólio deste sector pelos grandes moageiros. Queixava-se o seu director na revista *Expansão Portuguesa*: "Os principais mercados consumidores de farinhas são os de Lisboa, Porto e Coimbra, para onde actualmente nos está vedada a venda.(...) Consideramos uma situação de privilégio a dessas fábricas (...) encontramos vantagens na organização corporativa desde que o seu espírito não seja deturpado. Achamos mesmo que é a única solução para se proporcionar o *seu a seu dono*. Nunca, porém, como a organização actual que nos prejudica em benefício de outrem. Corporativismo sim, mas corporativismo são", pp. 249 – 250.

(44) Vários estudos e debates se realizaram sobre a questão da florestação ou da desflorestação do Alentejo para o aumento da área de cultivo dos cereais. Nos anos 40, Aristides A. Girão escreveu vários artigos a favor da reflorestação do Alentejo devido ao eterno problema da baixa pluviosidade e das prolongadas secas de verão: "Impossibilidade de fixar no sul do país o excesso demográfico do Noroeste Português", in *Congresso do Mundo Português*, vol. XVIII, 1940, pp. 672-681. Este autor sugere o revestimento florestal do solo para reter a água, face à impossibilidade de irrigação das zonas secas. Afirma que o Alentejo já teve mais densa cobertura florestal; desbravou-se o matagal porque era necessário alargar os campos cultivados; rompeu-se o equilíbrio natural que era preciso restabelecer. Ele escreve em 1940 para o Alentejo em geral, mas em Avis também se assistiu ao arranque de sobreiros e azinheiras. Porém, simultaneamente, outros sobreiros e grandes olivais foram plantados noutras terras mais propícias.

Também em A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*, o quadro da p. 167, demonstra que o distrito de Portalegre é quem tem maior área de sobreiros em 1902. Em 1928 outros concelhos aumentam a sua área e ultrapassam Portalegre, que se mantém com um valor muito próximo (sobe apenas de 71.102 para 72.602 hectares). Pinhais e carvalhais têm um valor muito reduzido e em azinheiras Portalegre é o 2º maior em 1902, a seguir a Beja. Em 1902 desce de 84.932 para 73.432 ha, assim como Beja também desce e Évora sobe.

(45) Picão – *op. cit.*, pp. 62-64. Em Avis esta actividade produzia muitas toneladas de carvão por ano, segundo a consulta de alguns livros de contas da herdade de Pêro Viegas, da família Cunha e Sá, na freguesia da Aldeia Velha.

(46) A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*, p. 170. Este autor afirma que além do fabrico de rolhas, a cortiça passou a ser usada, a partir de 1905 – 1906 para o fabrico de palmilhas, de pontas de cigarro, de armações de chapéus, de invólucros de charuto, etc. Sobre este tema ver também Rui Ramos – *op. cit.*, quadro da p. 231 que revela um enorme aumento da exportação de cortiça, sobretudo a partir de 1913.



(47) Rui Ramos – *op. cit.*, p. 231.

(48) Ver anexo 2. Por exemplo, no inventário de José Valentim Varela (nº 29), que morreu em 1914, a descrição da sua propriedade "Quinta do Pinheiro" condiz perfeitamente com a que José da Silva Picão faz dum monte alentejano, uma verdadeira unidade de produção multifacetada, na qual se realizavam todas as actividades de transformação das matérias primas recolhidas: terras de sementeira, horta, vinha, algumas oliveiras (o que confirma o facto de neste lagar se fazer azeite não apenas das suas azeitonas, mas também de outros vizinhos), casa de habitação, celeiros, adegas, cavalariça, palheiro, abegoaria, lagar, moinho, turbina hidráulica, prensa, fonte e depósito de água de nascente, fábrica de moagens com aparelhos a vapor. Esta propriedade, com todos estes atributos valia 4.000\$000 com apenas 6 hectares, enquanto a herdade vizinha, do mesmo proprietário, com 800 hectares valia 18.000\$000.

(49) "Outra cultura que se expandiu nesta época foi a da oliveira que subiu do Sul do País até ao Norte. No Sul, os olivais constituíam uma importante cultura de rendimento, compondo plantações alinhadas (...) Entre 1874 e 1957, a área coberta por olival aumentou 208%. Exportou-se imenso azeite para o Brasil", Rui Ramos – *op. cit.*, p. 231.

(50) Apesar da tendência para o abandono dos montes como local de 1ª habitação e centro da lavoura com unidades de transformação dos produtos agrícolas, ainda em 1935 a "Casa da Torre" no Ervedal foi elogiada na revista *Expansão Portuguesa*, de 1935, por pertencer a José Pais e Vasconcelos Abranches, "antigo Senador da República" e porque "emprega quotidianamente sessenta proletários rurais...". Neste artigo são descritos os "importantes e aperfeiçoados maquinismos de que dispõe. Essas máquinas comportam uma debulhadora, moagem, serração, destilação e lagar de azeite", p. 164.

(51) O *Anuário Comercial* de 1928 refere vários lavradores (sobretudo grandes proprietários) que possuem lagares de azeite: António Pais (é o da Silva Marques), Arthur Lopes Varella, Joaquim Telles Varella, Manoel Pais Monteiro, Simão Telles Varella, Joaquim Manuel Telles de Carvalho, de Valongo, Dr. Cosme dos Campos Callado, de Benavila. A mesma revista *Expansão Portuguesa*, de 1935 incluiu uma secção de "Oleicultura. Uma palestra com o sr. Manuel Pais Monteiro, grande produtor de azeite", p. 250, na qual este afirma: "A região que é uma das mais importantes da país em produção tem uma tendência para se vir a desenvolver enormemente, já pela grande quantidade de oliveiras novas plantadas, como pela enorme influência que os proprietários têm em futuras plantações, a produção anual do concelho hoje deve ser superior a 500.000 litros (...) Tem havido ultimamente uma enorme influência na montagem de lagares modernos o que tem contribuído para o fabrico de um produto de muito melhores qualidades.(...) o fabrico actual é aqui feito com a máxima limpeza" (*sic*). Os novos donos de lagares de azeite incluíam filhos de pequenos proprietários e rendeiros, cuja ligação à terra já era mais reduzida, trabalhando para a produção de azeite de outros. Foi o caso de Manuel António Botas nos anos 40.

(52) A Junta Nacional do Azeite pertencia ao Ministério da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Repartição das Corporações e Associações Agrícolas; foi criada pelo Decreto-Lei nº 28.153, de 12/11/1937, publicado no *Boletim do INTP*, Ano IV, nº 24 de 15/11/1937.

(53) Como se pode ver, as diversas actividades dos lavradores deste concelho confirmam a citação de Jaime Reis sobre a diversidade da economia alentejana. Como exemplo, temos um anúncio publicado no *Álbum Alentejano* em 1933 (o lavrador era filho do já referido Dr. Manuel Lopes Varela e neto de José Valentim Varela): "Artur Lopes Varela. Moagem de cereais, lagar de azeite, vinhos e aguardentes. Quinta do Pinheiro".

(54) Como já foi referido no ponto sobre os "artistas", todas estas actividades estão directamente relacionadas com a lavoura: por exemplo, o anuário de 1928 apresenta uma lista de dos fabricantes de carros. São carros de tracção animal para serem usados na agricultura. Este grupo inclui alguns "industriais" que foram eleitos vereadores e que já se consideram mais importante que os artistas. Porém a noção de indústria parece ser muito alargada: no já referido *Álbum Alentejano* também é descrita a indústria dos tarros no concelho de Avis e que não passa de um pequeno artesanato local: "são uns pequenos vasos de cortiça circulares, com tampa e áza, esta de madeira que servem para condução de comida ao campo. Têm a particularidade de conservar a comida, por algum tempo, na temperatura em que está quando lá se mete. (...) É artístico e foi talvez o precursor da moderna e útil garrafa térmica. (...) Durante as longas horas em que apascentam o gado, os bons pastores de Avis, por aquelas planícies sem fim, enquanto o sol doira as espigas do trigo e amadurece a bolota, entretêm-se no fabrico de tarros" (*sic*), p. 536. Indústria propriamente dita, este concelho só teve nos anos 50, também relacionada com as produções agrícolas: fábrica de lacticínios e fábrica de tomate, esta última trabalhando apenas sazonalmente. Os investidores foram exteriores ao concelho.

(55) "O roubo de pequenas quantidades de lenha, fruta, bolota, etc., é considerado quase como um direito quando aqueles que o praticam vivem em miséria extrema, especialmente se estão desempregados. (...) perdoar um roubo constitui ainda uma maneira de mostrar generosidade"; José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 96-98. Estes "direitos" de apanhar lenha ou os empregados poderem fazer hortas nas terras incultas dos patrões, faziam parte de entendimentos implícitos, mas não estavam escritos em nenhum contrato, o patrão podia dar e tirar quando quisesse.

(56) Ver ilustração desta feira em Rui Ramos – *op. cit.*, p. 230.

(57) Por exemplo Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*

(58) Os *ratinhos* também eram contratados pelos seareiros e pelos rendeiros, não só pelos grandes proprietários: segundo a já referida biografia de Manuel Prates Pina, este lavrador enquanto seareiro também mandou vir, "para o ajudar, trabalhadores da Beira. Era o trabalho das ceifas" (isto passa-se nos finais do século XIX), *Álbum Alentejano*, p. 632.

(59) Picão – *op. cit.*, pp. 225-245.

(60) As crises de desemprego já existiam antes: "As necessidades de mão-de-obra decorrentes da exploração agrícola extensiva vieram aumentar a desigualdade resultante da distribuição da terra, dando origem a prolongados lapsos de tempo durante o ano agrícola durante os quais os trabalhadores rurais não eram necessários nas herdades. A partilha dos baldios em 1874 e o substancial aumento da população a partir de fins do séc. XIX transformaram estas fases de desemprego periódico num grave problema social. A estes períodos deu-se o nome de *crises de trabalho*", José Cutileiro – *op. cit.*, p. 89.

(61) Dec.-Lei nº 23.048, de 23/9/1933, alterado pelo Decreto-Lei nº 24.424 de 27/8/1934.

(62) Na lei nº 1.957 (bases dos Grémios da Lavoura), publicada no *Boletim do INTP*, Ano IV, nº 13 de 31/5/1937, pp. 350-352, a Base III, alínea *i*) institui que os Grémios da Lavoura devem: "Cooperar com as Casas do Povo na realização dos fins destas instituições, designadamente para melhoria das condições materiais e morais das populações agrícolas, regulamentação e disciplina do trabalho rural e desenvolvimento das suas instituições de previdência e assistência", p. 351.

(63) Este problema foi descrito por José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 100-102: "Por diversas ocasiões o Governo determinou que os lavradores deveriam arcar com um maior quinhão das dificuldades e deste modo aplicou, ou procurou aplicar, um sistema de colocação de desempregados ao serviço de diferentes lavradores em épocas de crise. (...) Os lavradores recebiam ao seu serviço, consoante o seu rendimento colectável, determinado número de trabalhadores desempregados, os quais deveriam receber um salário de crise e manter-se nas herdades durante as horas de trabalho, houvesse ou não que fazer. Postas em prática relutantemente pelas autoridades administrativas ou pelos organismos corporativos locais (...) os lavradores encaravam esta forma de caridade imposta por lei como um fardo injusto que só vinha agravar os problemas de explorações agrícolas com margens de lucro já muito limitadas".

No seguimento da tentativa de resolução das crises de desemprego, o Modelo de estatutos para as Casas do Povo, publicado no *Boletim do INTP*, Ano VIII, nº 4 de 28/2/1941, o artigo 6º diz que as Casas do Povo devem: "Contribuir para a realização de melhoramentos locais (...), tendo, porém *sempre em vista o combate ao desemprego* e devendo, para êsse efeito, cooperar em obras de iniciativa e responsabilidade do Estado, das autarquias locais ou dos proprietários, executadas em épocas de falta de trabalho", p. 101.

(64) *Álbum Alentejano*, pp. 554-555. Este facto vem referido num artigo de elogio ao capitão Vaz Monteiro, Governador Civil de Portalegre em 1933 e cujo distrito foi o primeiro a tomar esta medida. A propaganda destas iniciativas era uma parte fundamental da política do Estado Novo.

(65) "Não há concelho que não tenha as suas boas estradas, o seu telefone, e tantos outros melhoramentos publicos (...) no problema da crise de trabalho, principalmente em 1931-32. Percorreu todos os 15 concelhos; pediu a todos os lavradores que o auxiliassem na solução deste magno problema (...) São cerca de 1.300 contos as verbas conseguidas para melhoramentos rurais e urbanos assim discriminados em contas redondas: Alter do Chão, 22 contos, Arronches, 51 contos; Avis, 14 1/2 contos; Campo Maior, 125 contos; Castelo de Vide, 164 contos, (etc.); Portalegre 522 (... destinados) A estradas municipais, a concerto de pontes, à construção de chafarizes, lavadouros, etc." (*sic*), *ibidem*, p. 555. Avis foi o concelho que recebeu a verba mais pequena. A razão deste facto foi um problema que não consegui apurar ainda: seria porque Avis tinha menor nível de desemprego e não precisava tanto de obras públicas para o combater; ou por alguma incompatibilidade política entre as autoridades concelhias e as distritais?

(66) *Expansão Portuguesa*, pp. 164-166. Esta revista contém artigos a elogiar o lavrador e político José Pais de Vasconcelos Abranches e a sua Herdade da Torre: "em Portugal só a lavoura alentejana está apetrechada com alfaias modernas. Debulhadoras, charruas, ceifadoras, enfim (...) À poesia da enxada e do arado bíblico sobrepoz-se a sinfonia da

máquina (...) Em todo o caso e mesmo com o desenvolvimento industrializado da lavoura alentejana não há nenhuma herdade que não ocupe diariamente bastantes dezenas ou centenas de braços nos trabalhos dos campos" (*sic*), p. 164. Na p. 166 também fala do mesmo em relação à casa Abreu Callado: "Ocupam-se diàriamente quási uma centena de operários rurais e a quando das colheitas essa média de braços ali empregados sobe e muito. A colheita da azeitona ocupa cêrca de cem mulheres e as ceifas, aproximadamente, oitenta homens" (*sic*).

### Capítulo 3:

(1) Pierre Bourdieu – *O Poder Simbólico*, Difel, Lisboa, 1989, p. 136-137. E continua: "Pode-se representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição (...) Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. (...) A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles", pp. 134-135.

(2) François Heran – *op. cit.*, p. 13.

(3) Pierre Bourdieu – *op. cit.*, p. 159.

(4) José Manuel Sobral – *Família, Poder, Propriedade, Comunicação* apresentada no Seminário de História do I.C.S., 1996, p. 2. Saliento aqui a importante e muito simpática colaboração deste Professor de Antropologia que me iniciou ao estudo de Bourdieu e cuja tese (em conjunto com a de José Cutileiro) me ajudou a organizar e a sistematizar a quantidade de informações dispersas que eu tinha recolhido em Avis.

(5) Pierre Bourdieu – *op. cit.*, p. 164.

(6) Eduardo Sevilla-Guzmán – “Reflexiones teoricas sobre el concepto sociologico de latifundismo”, in Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, p. 34.

(7) A função política dos organismos corporativos ficou estabelecida na própria legislação que os criou. Por exemplo, na lei nº 1.957, a qual estabeleceu as "Bases para a organização corporativa da agricultura" e que deu origem aos Grémio da Lavoura (publicada no *Boletim do INTP*, Ano IV, nº 13 de 31/5/1937, pp. 350-352), a Base III esclarece quanto aos fins para que estas instituições foram criadas: "*funções políticas conferidas pela Constituição aos organismos corporativos*; desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade de todos os elementos da produção – capital, técnica e trabalho; contribuir, pelos meios ao seu alcance, para o desenvolvimento económico e para o aperfeiçoamento técnico da produção agrícola (...) auxiliar os agremiados na colocação e venda dos seus produtos ou promover a venda dos mesmos (...) facultar a aquisição colectiva de matérias e artefactos necessários ao trabalho agrícola com destino aos seus agremiados; possuir armazéns, celeiros, adegas, máquinas, alfaias, utensílios agrícolas e animais, bem como montar instalações ou serviços de interêsse comum dos agremiados...".

(8) Pierre Bourdieu – *op. cit.*, p. 148. Este autor acrescenta: “o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. (...) é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital”, p. 135.

(9) José Manuel Rodrigues Ferreira Sobral – *Trajectos. Produção e reprodução da sociedade – família, propriedade, estrutura social numa freguesia rural beirão*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, ISCTE, Lisboa, 1993, p. 452.

(10) Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, p.11.

(11) José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 153.

(12) *Ibidem*, p. 149. Também em *Família, Poder, Propriedade, op. cit.*

(13) *Ibidem*, p. 148.

(14) "O dono da lavoura conhece-se pelo nome de *lavrador*, acrescentando-se-lhe o subtítulo de *rendeiro* se as herdades que disfruta são propriedade de outrem a quem ele as arrendou", Picão – *op. cit.*, p. 13.

(15) Se este trabalho fosse sobre os proprietários do concelho de Avis, o título teria de ser diferente: *Elites fundiárias de Avis* ou *Os proprietários do concelho de Avis*. Além disso, implicaria uma recolha de outro tipo de fontes muito mais complexas, nos arquivos do Registo Predial, para o apuramento de todos os proprietários das terras em estudo, o que não seria muito viável no tempo previsto para a elaboração desta tese e implicaria também uma mudança do tema do trabalho para um ponto de vista muito mais da História Económica, do que da História Social Local. Lamentavelmente, não temos em Portugal uma fonte como em Espanha existe: um *Inventario de Fincas Expropiables*, realizado na época da Reforma Agrária de 1933 e estudado por vários historiadores, incluindo Juan Muñoz, Angel Serrano, Santiago Roldán, os quais a expõem no artigo "La estructura de la propiedad de la tierra y la reforma agraria de 1932 en Andalucía: una primera aproximación", in Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*, pp. 187-197. Este fonte contém informações sobre os titulares das propriedades expropriáveis, que incluem nome, apelidos, idade, lugar de nascimento, título nobiliárquico, etc; descrição das quintas que possuem: nome, localização e limites; características dos cultivos, superfícies das diferentes quintas ou parcelas; forma de aquisição e data das mesmas (p. 187); isto constituiu um "*censo de la gran propiedad privada y, por tanto, de los grandes terratenientes en España...*", p. 188.

(16) "Uma das grandes pragas do regime de propriedade nacional estava, de facto, no absentismo. No Alentejo são em número restrito aqueles que vivem nas herdades (...) mais de um terço dos prédios rústicos do distrito de Portalegre está nas mãos de proprietários absentistas", A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*, p. 59. Em Avis verifica-se que em 1928 os proprietários absentistas representam apenas 1/4 do total e quanto à residência nas herdades, em 1941, 44% dos grandes proprietários ainda residia nos montes (ver anexo 10).

(17) Para uma definição deste título veja-se Nuno Monteiro – “A sociedade local e os seus componentes” in César Oliveira (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Temas e Debates, Lisboa, 1996, pp. 47-49.

(18) Luís Sérgio Lopes de Castro foi vereador em 1892 e exerceu cargos na Misericórdia em 1895 e 1896. Era o 16º MC em 1905, mas teve 7 filhos e acabou por vender todas as propriedades no que herdara. O seu filho, Dr. Mário Castro, foi um advogado influente em

Avis, mas já desligado da propriedade fundiária. D. Ana Castro, irmã de Luís Sérgio, casou com António Pais da Silva Marques júnior, igualmente filho de um dos maiores contribuintes nos finais do século XIX, mas já um pequeno proprietário que se dedicou à política: foi várias vezes administrador do concelho e chegou a deputado.

(19) Mário Sá – revista *Expansão Portuguesa*, 1935, p. 243. Este autor cita ainda umas "décimas populares" referentes às propriedades que o morgado tinha no concelho e que acabaram todas por ser compradas pela famílias Lopes, Cunha e Sá e Carvalho:

*MOTE*

«Tenho andado a pensar,  
Eu não sei se penso bem.  
Tenciono-me casar  
Mas inda não sei com quem.

*GLOSA*

«No "monte" da Machadinha  
Tenho um assento de lavoura;  
Casar com uma lavradora  
Era isso que mo convinha.  
Mandava dispor uma vinha  
Que a mim ninguém me ganhava,  
Tratava logo de comprar  
O "monte" de Mon-Porcão.  
Se eu farei isto ou não  
Tenho andado a pensar.  
(...)  
«Monte-Branco me ficou  
E também o chafariz,  
E a metade de Avis  
Da herda do meu avô.  
Tudo isto ele me deixou,  
Inda fiquei muito bem,  
Tenho mais do que ninguém  
Por isso é que sou morgado,  
Estou para mudar de estado  
Mas inda não sei com quem».(sic), p. 244.

(20) Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos – *Um Velho Nobiliário do Alto Alentejo*, Lisboa, 1935; *idem* – *O Beato João de Brito e a família Freme. Algumas linhas continuadas até ao presente*, Lisboa, 1941 e *idem* – *Os meus Vaz de Camões*. Também Mário Sá escreveu várias obras nas quais pretendeu provar que o poeta Luís Vaz de Camões era da mesma família dos Vaz de Camões de Avis e esteve exilado no Maranhão, exactamente na Herdade de Camões, propriedade dos Duques de Cadaval até meados deste século.

(21) O convento de S. Bento de Avis foi depois vendido em fracções a vários particulares. É curioso encontrar em alguns inventários por morte, a propriedade de partes do convento que ainda actualmente é habitado na secção que não está em ruínas. Por exemplo, o lavrador Joaquim Teles Varela tem no item nº 75 do seu inventário "1 celeiro no Convento de Avis = 2.400\$00" (anexo 2, nº 13) e algumas famílias ainda detêm enormes salões no convento.

(22) A família Godinho também vem descrita nestes livros de genealogia, tanto de Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos, como nos de Mário Sá, pois era parente dos Pais, dos Vaz de Camões, dos Vaz Couceiro, dos Cunha e Sá, dos Carvalho e dos Braga.

(23) Ver António Martins da Silva – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1989. Este autor, no apêndice II da sua tese apresenta uma lista na qual refere as propriedades vendidas nesta época; infelizmente juntou os concelho de Avis e Fronteira (p. 581) nos quais afirma terem sido vendidos 2 lotes com o valor (avaliação prévia) de 26.000\$000, arrematados por 75.000\$000. Ao mesmo tempo, na p. 547 fornece a lista de compradores, na qual se encontra o referido António José da Cunha e Sá que comprou 28 lotes (contradiz a outra página onde diz terem sido vendidos apenas 2 lotes nos 2 concelhos), por 9.594\$800, enquanto na escritura da herdade dos Covões o valor é de 10.000\$000. Na mesma lista (p. 546) há um José Joaquim de Carvalho que comprou 1 lote por 18.500\$000: também não refere onde, mas se for no concelho de Avis pode ser um antepassado da família Carvalho do Monte Padrão (ver anexo 14, Manuel de Carvalho, 2º MC de 1890).

(24) Como pode ver-se no anexo 18, António José da Cunha e Sá e seu filho António Manuel tiveram percursos de algum modo parecidos com o descrito por Wallerstein: “por alguna razón y en determinado momento de su vida, el burgués parece renunciar tanto a su estilo cultural como a su rol sociopolítico en favor de un rol ‘aristocrático’, que desde el siglo XIX no ha sido necesariamente el de la aristocracia nobiliaria, sino simplemente de la riqueza antigua. Tradicionalmente, el simbolo formal de este fenómeno ha sido la adquisición de propiedades agrarias, hecho que marca el paso del burgués propietario de fábricas y urbano al noble terrateniente y rural”, Immanuel Wallerstein – “La burguesía: concepto y realidad”, in Immanuel Wallerstein e Etienne Balibar – *Raza, Nación y Clase*, Iepala, Madrid, 1991, p. 215. António Manuel da Cunha e Sá viveu parte da sua vida em Paris, onde casou com uma senhora da nobreza e foi industrial. Quando ficou viúvo instalou-se então no seu monte no termo de Avis e casou com D. Maria José Andrade, descendente dum lavrador da elite local, o capitão João de Andrade de Sousa, referido na *Pauta dos officiaes da Comarca desta Villa de Aviz para os annos futuros de 1799, 1800 e 1801* (ANTT, Desembargo do Paço. Alentejo e Alentejo. Pautas. Maço 750, caixa 844), com 54 anos. Em Avis passou a comportar-se como se de facto pertencesse à nobreza tradicional local, utilizando símbolos de poder, incluindo um canhão! A Herdade de Pero Viegas pertencia à família da senhora, enquanto o seu foro (senhorio directo) foi vendido a uma família Alarcão de Lisboa. Em 1920 o "senhor directo" era o Dr. José Osório Cabral de Alarcão e o enfiteuta era a família de Júlio Mario da Cunha e Sá, mais tarde os seus filhos. O foro anual era de 27\$50 c. 1920. Até lá era pago em trigo, mas fora transformado em dinheiro. Nos anos 30, o Estado Novo fixou o preço dos foros os quais, com a desvalorização do dinheiro, passaram a ter um valor apenas simbólico, até que em 1976 foi abolida a enfiteuse. Só então passou a ser propriedade plena da família, ao mesmo tempo que era ocupada pela UCP de Avis. Nos anos 80 foi desocupada e devolvida à família que actualmente a utiliza como quinta de recreio, integrada num areserva de caça turística denominada *Calatrava*.

(25) Noel Teles – *Terra Campa*, Empr. Nacional de Publicidade, Lisboa, 1947, p. 8.

(26) A presença do *patrão* era uma constante; até João Fernandes, um proprietário de Évora, visitava regularmente as suas herdades em Avis apesar dos maus caminhos. Este interesse resultou num constante aumento do número de hectares por parte dos lavradores mais activos, enquanto que os que se desligaram da lavoura, tornando-se absentistas, viram o seu património diminuir rapidamente.

(27) Ver anexo 10, os quadros sobre os grandes proprietários que aparecem nas listas do recenseamento eleitoral em 1941.

Na vila de Avis já só residem 9 lavradores das famílias Braga, Varela e Lopes (ver anexo 8):

- Artur Lopes Varela
- Asdrúbal Garcia Godinho Braga
- José Garcia Godinho Braga
- José Lopes Coelho
- José Lopes Teles Varela
- José Valentim Varela
- Luís Mendes Vieira Lopes
- Simão Teles Varela

Em Benavila, uma aldeia, reside Cosme dos Campos Callado; seu irmão José Godinho d'Abreu residiam com ele e não aparece nas listas do recenseamento eleitoral por alguma razão desconhecida, pois ainda não tinha morrido nesse ano...

Nos montes residem:

- Belarmino da Costa Braga, na Fonte Ferreira
- 3 irmãos Lopes Coelho no monte do Serrado
- José Pais de Vasconcelos Abranches, oficialmente a morar no monte, mas de facto já a morar em Lisboa em casa duma filha, onde morreu nesse mesmo ano
- António Teles de Carvalho do Monte Padrão, com casa em Fronteira
- António Pais da Cunha e Sá em Pêro Viegas. Este segundo filho de Júlio Mário da Cunha e Sá, solteiro, com 49 anos em 1941, tinha tal ódio ao irmão Mário Sá, que dividiu a casa do monte em duas e construiu duas estradas de acesso para que nunca se encontrassem nas visitas ao monte...
- António Pereira Lopes em Valongo.

(28) Sobre os níveis de religiosidade em Portugal no Estado Novo, ver Maria Inácia Rezola – “Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)”, in Fernando Rosas – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in Joel Serrão e Oliveira Marques (dirs.) – *Nova História de Portugal*, vol. XII, Editorial Presença, 1992, pp. 222-255. Este tema é desenvolvido no capítulo 4.

(29) Ver Rui Ramos – *op. cit.*, pp. 299-302.

(30) Este Dr. Carlos Clímaco Baptista foi alvo de um processo disciplinar na CMA em 25-6-1935. Veja-se ANTT, Direcção-Geral d'Administração Política e Civil, Processos Disciplinares e Inquéritos, livro nº 2, fólio 81: "processo de sindicância seguido pela camara municipal de Avis aos actos do seu facultativo municipal Dr. Carlos Climaco Batista" (*sic*).

(31) Noel Teles (Dr. Manuel Teles de Carvalho) – *Lua Santa, op. cit.*, p. 71.



(32) Numa notícia publicada no jornal republicano *Intransigente* (Portalegre) de 28/5/1911: morreram 2 filhos pequenos de João Mariano Teles na Figueira de Barros. Uma das crianças chamava-se Cristóvão Dordio Pais Teles, de 4 anos. Neste jornal culpavam a “falta de assistência médica na aldeia, os maus caminhos até ao Ervedal que também não tem médico permanente, os perigos de andar de noite, os precipícios...”.

(33) Nas pautas dos elegíveis de Avis em 1799 surge um Pedro António da Costa Simas, natural desta vila. E na de 1829 um António Joaquim Simas, oficial de carpinteiro, morador na vila. ANTT, Desembargo do Paço. Alentejo e Alentejo. Pautas. Maços 750 e 763, caixas 844 e 857.

(34) António Nóvoa – “A «Educação Nacional»”, in Fernando Rosas – *op. cit.*, p. 496.

(35) "No período 1930-1960 há uma política (...) de dignificação da imagem social do professor (...) reforço da carga simbólica da acção do docente (...) assiste-se à produção de um discurso laudatório sobre os professores, que não se traduz numa melhora da sua situação socioeconómica (professores primários ganhavam metade dos professores do ensino secundário e 1/3 dos do ensino superior). Não espanta por isso que, tacitamente, se volte a aceitar a dupla actividade, como forma de complemento salarial", *ibidem*, pp. 496-497. Este autor cita um documento de 1927 no qual se apresenta uma queixa sobre esta situação: "O professor primário desempenha na aldeia uma função importante e vive mal. (...) A vida de muitos é angustiosa", *ibidem*.

(36) *Jornal Distrito de Portalegre*, 24/8/1904. Esta comissão não adiantou grande coisa, nunca o Caminho de Ferro passou por Avis, mas o Cónego foi o delegado de Avis nesta importante comissão.

(37) Pedro de Brito – *op. cit.*, p. 231.

(38) Sobre este tema ver Fernando Sánchez Marroyo – *El proceso de formación de una clase dirigente. La oligarquía agraria en Extremadura a mediados del siglo XIX*, Universidad de Extremadura, 1991. Este autor destaca sobretudo os 2 primeiros: "Tanto en el ordenamiento agrario tradicional, característico del Antiguo Régimen, como, sobre todo, en el liberal-burgués (...) había dos formas fundamentales mediante las cuales un particular podía acceder a la propiedad: **compra** y **herencia**", p. 21.

(39) *Ibidem*, p. 24.

(40) Vários autores o tentaram com sucesso, como Hélder Fonseca e outros que expuseram os seus trabalhos em Afonso de Barros (coord.) – *op. cit.*

(41) A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*, p. 126. A preocupação de não gastar é muito nítida entre as famílias dos lavradores de Avis. Conta-se que os irmãos Abreu Callado toda a vida lamentaram o dinheiro que a mãe dera por um serviço de chá em prata que se encontrava exposto na sala de jantar: com o valor gasto poderiam ter comprado mais uma herdade.

(42) F. Sánchez Marroyo – *op. cit.*, p. 135. Este autor considera que "la trascendencia del tema para la economía campesina exige que se le dedique una atención acorde con su importancia". Tal como parece ter sido o caso em Avis "el grueso de las grandes operaciones crediticias en el ámbito extremeño (este autor estudou a Extremadura espanhola) lo llevaban a cabo individuos particulares. Además, las más antiguas casas comerciales habían venido tradicionalmente cubriendo también este sector", p. 138.

(43) *Ibidem*, p. 146. Porém, este autor também refere outros destinos para o crédito agrário: "La inexistencia primero, y la lenta articulación del sistema bancario después, convirtieron a los empréstitos entre particulares en pieza fundamental de financiación de múltiples actividades en el ámbito agrario. Arrendatarios que debían atender al pago de sus rentas, compradores de fincas que no disponían de efectivo o debían responder, con fianza, al Estado de la conservación del arbolado, individuos que necesitaban mantener un tren de vida, negociantes que debían atender a alguna operación y carecían de liquidez en aquel momento, todos recurrían a estos banqueros rurales", p. 140. Seria muito interessante explorar este aspecto do acesso ao crédito particular entre as elites de Avis, quem o praticava, qual a origem do dinheiro que emprestavam e o destino dos respectivos lucros. Porém as dificuldades já referidas impediram este estudo mais aprofundado.

(44) Na Casa Abreu Callado encontrei um papel com as contas do gado em 1914-15; não foi possível identificar se isto correspondeu ao total das vendas desses anos ou apenas a uma transacção.

<i>Compras de Gado 1914 - 1915</i>	
<i>90 farropos a 26.000</i>	<i>2.340.000</i>
<i>7 egoas</i>	<i>650.000</i>
<i>um cavalo</i>	<i>300.000</i>
<i>uma egoa</i>	<i>225.000</i>
	—————
	<i>3.515.000</i>
<i>Vendas:</i>	<i>17.814.705</i>
<i>compras</i>	<i>03.515.000</i>
	—————
	<i>13.299.705</i>

(*sic*). Farropos são porcos pequenos ou leitões para engordar.

(45) Neste inventário, que é o nº 4 do anexo 2, vem descrito o seguinte item: "Pela transmissão da industria constituída pelo fornecimento da força motriz para accionar o dinamo que gera a energia electrica para a iluminação pública da freguesia de Benavila, recebe anualmente a quantia de 7.000\$00" (*sic*). A Fundação Abreu Callado foi instituída pelo testamento que o Dr. Cosme dos Campos Callado escreveu em 16/7/1947, deixando-lhe todos os seus bens com os seguintes fins: "perpetuação da Casa Agrícola (...); manutenção dos seus criados assoldadado até á sua morte; assistência na sua invalidez, doença e velhice (...) criação e educação dos filhos dos criados assoldados e de outros rurais da freguesia e do concelho...".

(46) F. Sánchez Marroyo – *op. cit.*, p. 22. Ver também Brian Juan O'Neill – *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras (Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1984, capítulo 5 "Matrimónio e Património", p. 203.

(47) Pierre Bourdieu – *op. cit.*, p. 138. Em Avis não encontrei casos de casamentos realizados entre pessoas da elite e da classe dos trabalhadores rurais ou artesãos. Isto era absolutamente impensável. A única referência que tive foi sobre uma menina da família Abreu Callado, de Benavila, que se apaixonou por um empregado da casa agrícola nos finais do século XIX. Esta pequena história chegou aos nossos dias contada por fontes orais

que divergem nas suas várias versões, pois este assunto foi tabu na família. Aparentemente a menina, D. Beatriz Angélica Godinho de Abreu (n. 11/9//1873, m. 16/4/1900), foi fechada no seu quarto para não fugir com o referido senhor, teve um grande desgosto e acabou por morrer com 26 anos.

(48) José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 14.

(49) José Cutileiro – *op. cit.*, p. 141.

(50) *Ibidem*, p, 132.

(51) *Ibidem*, p, 154.

(52) Este tema da transmissão das propriedades e da administração da lavoura pelos filhos é desenvolvido com uma certa graça pelo autor citado nas pp. 158-165. José Cutileiro descreve as disputas por heranças, as questões das partilhas e os cortes de relações entre irmãos. Acordos que podem levar anos. Tribunais: "quase chegam a gastar com os honorários dos advogados e despesas judiciais a herança que lhes cabe por lei", p. 165. Em Avis estes casos não foram muitos.

#### **Capítulo 4:**

(1) José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 154

(3) Picão – *op. cit.*, pp. 25-27.

(4) *Ibidem*, p. 26.

(5) Sobre o tema do emburguesamento das elites, ver Maria de Lourdes Lima dos Santos – *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal na Século XIX*, Editorial Presença, Lisboa, 1983. Esta autora estudou vários manuais de civilidade do século XIX, cujos comportamentos descritos e aconselhados têm bastante a ver com os que eram praticados pela sociedade Avisense nos finais deste século e grande parte do séc. XX, naturalmente adaptados à realidade rural e de um meio pequeno que não comportava o mesmo tipo de sociabilidades que a capital.

(6) Jorge Rodrigues – *op. cit.*, p. 43.

(7) *Ibidem*, pp. 43-44.

(8) “Esta divisão em duas zonas (esta autora fala apenas da zona familiar e íntima, reservada ao quotidiano, e da zona de *representação*, destinada aos visitantes; da zona de serviço fala mais tarde ao referir-se ao pessoal doméstico) representa uma concepção da casa que só apareceu a partir do século XVIII e que acompanha a separação entre o quotidiano e o «mundano». No século XVII, a grande casa era ainda atravessada por amigos, clientes, parentes, protegidos, criados e numerosos visitantes...”, M. L. L. Santos – *op. cit.*, pp. 37-38.

(9) No “contexto da família burguesa do século XIX (...) novas regras impõem o afastamento físico – divisões especiais da casa para os criados”, *ibidem*, p. 31.

(10) *Ibidem*, p. 37.

(11) "É curiosa a referência às fotografias nesta enumeração de objectos indispensáveis para criar uma pequena zona de representação que se pretende minimamente convincente – a fotografia surgia nesta época como um novo signo distintivo, simultaneamente como um objecto decorativo em moda e enquanto imagem de uma rede de parentesco (os retratos de família) que corresponde, porventura, a um sentimento sucedâneo daquele que se ligava ao culto de linhagem da nobreza", *ibidem*, pp. 38-39.

(12) De facto os membros das elites saíam de casa muito menos que os dos restantes grupos, sobretudo as senhoras, como se desenvolve nos pontos seguintes. Não só as suas residências tinham todos os confortos necessários, como também fazia parte da ética vigente: "A habitação familiar é um reduto, «lar que embala os que tiverem sido magoados e contristados», lugar donde se sai apenas «quando o dever o ordenar»", *ibidem*, p. 25.

(13) Ver fotografia d' "O patrão" que vai na sua *charrete* visitar as propriedades em Rui Ramos – *op. cit.*, p. 229.

(14) Sobre este tema, José Manuel Sobral na sua tese de doutoramento cita um antigo trabalhador rural da Beira que diz: "Não se admite que um homem esteja a falar para outro com o chapéu na mão", *op. cit.*, p. 449. Uma frase destas pode perfeitamente ser ouvida em Avis, dita provavelmente com sentimentos muito mais negativos, pois no Alentejo as classes menos favorecidas desenvolveram grande ódio aos "latifundiários", os quais explodiram após a revolução de 1974 e ainda actualmente se manifestam com frases como "A terra a quem a trabalha!" ou "já acabámos com a propriedade privada" e outras. Só que actualmente muito poucos a trabalham a terra, por isso têm menos autoridade moral para o afirmar.

(15) José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 177-180. Os romances e contos de Noel Teles estão recheados de exemplos desta realidade: há um cabreiro no *Terra Campa* com a alcunha de "Mãos de Aranha", o feitor era o "Patarró", etc.

(16) *Ibidem*, p. 275.

(17) Noel Teles escreve sobre os montes e as herdades no seu romance *Terra Campa*: "Ali nasciam, casavam, e morriam dentro das extremas da herdade e os que não eram compadres, eram pela certa afilhados da casa", *op. cit.*, p. 71. Estes afilhados da casa não deixavam, contudo, na maioria dos casos, de permanecer numa situação de inferioridade social, a qual estava claramente inscrita na mentalidade da época: apesar da proximidade física e até afectiva que muitas vezes existia de facto, a relação entre estes padrinhos e afilhados era de subordinação e não completamente desligada de segundas intenções muito precisas. Maria de Lourdes Lima dos Santos salienta o modo como esta relação era tratada nos manuais de civildade do século XIX: "os criados são inferiores que temos o dever de tratar com humanidade, não só porque «assim o manda a religião, a moral e a civilização (...) devemos mostrar-lhes uma certa amizade e interessarmo-nos por elles, que assim obteremos que andem contentes, farão até mais do que o serviço a que se sujeitaram, não só nos respeitarão, mas até nos amarão, e, se for preciso, nos defenderão a vida e a fazenda»", *op. cit.*, p. 30.

(18) Tal sucedeu, entre outros, com Simão Teles Varela e seus dois irmãos: nenhum teve filhos e foram os afilhados que acabaram por herdar. O maior beneficiado neste caso foi um Dr. Marcelino das Neves, cujo padrinho era rendeiro da herdade de Camões e um autêntico

cacique local; pagou-lhe os estudos em Coimbra e até convidava os seus professores para caçadas nas suas propriedades, pois segundo as más línguas, ele era um aluno muito fraco e assim o padrinho esperava conseguir que ele passasse de ano. Parece que este tipo de actuação era frequente no início do século, sobre esta ou outras formas: "A recomendação de alunos a professores, através de cartas pessoais (...) era comum na universidade e nos liceus, e geralmente decidida pelas famílias, que tudo apostavam nos estudos dos filhos", Rui Ramos – *op. cit.*, p. 310.

(19) José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 92-93.

(20) Já foi referida a tendência desta família Lopes para, nas palavras da mesma senhora, “aforralhar dinheiro nos cofres”. Conta-se até uma história, por uns dita como reveladora de grande sentido de humor; por outros como crítica dos sentimentos mesquinhos que tinham algumas das pessoas mais ricas de Avis: passeavam-se um dia em Lisboa, na Av. da Liberdade, o casal José Lopes Coelho e sua mulher, D. Rosa de Viterbo Lopes Varela, vestidos à lavradores, portanto de forma rústica, pois não gastavam dinheiro em roupas mais “urbanas”, quando passou por eles uma mendiga que lhes pediu esmola. Responderam os dois muito sérios que não podiam, pois andavam ao mesmo! Esta história pelos vistos não os envergonhou, pois o senhor contou-a no Clube como se de uma grande piada se tratasse e por toda a vila ela ficou conhecida. De qualquer modo, mesmo se em Lisboa não dessem esmolos, em Avis lá teriam os “seus pobres”...

(21) A revista *Álbum Alentejano*, de 1933, ao falar duma senhora da família Abreu Callado, descreve todos os atributos e qualidades que a moral da época considerava exemplares e a serem seguidas por todas as senhoras:

*"Senhora D. Rosa Madalena. autêntico simbolo da mulher alentejana. Ela vive para aninhar os seus irmãos; ela vive tambem para poder enxugar as lagrimas da miseria. Ninguém bate ao ferrolho da sua porta que não seja atendido. É o autentico tipo da mulher portuguesa, trabalhadora e carinhosa, pensando mais nas outras pessoas que em si propria. (...) O papel que vimos desempenhar por esta santa mulher, é o papel mais nobre mais sacrossanto que uma mulher pode desempenhar. Deus lhe dê ainda muitos anos de vida para poder continuar a ser o anjo protector não só do lar Abreu Caládo mas de toda a gente, de todos os pobresinhos residentes na sorridente aldeia alentejana" (sic), "Casa Agrícola de José Godinho de Abreu. A vida exemplar dum agrande lavrador", in *Álbum Alentejano*, dir. Pedro Muralha, Edição da Imprensa Beleza, Lisboa, Tomo III – Distrito de Portalegre, 1933 – 1937, pp. 625 – 628.*

(22) Esta senhora estava tão desligada da Igreja que nem teve um funeral católico. Isto não impediu, no entanto, que recebesse homenagens públicas significativas. Notícia da morte de Cecília de Figueiredo, publicada no jornal *Brados do Alentejo*, Estremoz, 28/5/1950, pp. 5-6: “Avis. Falecimento – No passado dia 19, faleceu nesta vila a sr<sup>a</sup> D Cecília de Figueiredo Pais, filha do saudoso e grande amigo de Avis sr. Joaquim Coutinho de Figueiredo. De seu pai, herdou as qualidades de carácter, dinamismo, iniciativa e perseverança e bem assim acendrado amor à sua Terra que sempre traduziu em ideias e críticas construtivas para a vila. Preocupada sempre com a sorte dos desvalidos, organizou, com outras Senhoras desta terra, a Liga de Beneficência de Avis, da qual foi a primeira presidente” (*sic*). Apesar de não haver registos escritos sobre as actividades desta Liga, foi possível encontrar informações em fontes secundárias, como na revista *Expansão Portuguesa* de 1935: na p. 249 vem a seguinte fotografia:



Legenda: a presidente da liga não aparece na fotografia pois foi ela a fotógrafa.

Na mesma revista, p. 240 vem o "*Quadro de honra dos nomes das ilustres senhoras de Avis, que constituem o grupo fundador dos BOMBEIROS VOLUNTARIOS*" e que têm, entre outras, as seguintes assinaturas:

- ◇ Adília Braga Pais, filha do José Diogo Pais, presidente da CMA, e casada com um grande proprietário
- ◇ Ana Isabel da Silveira Risques, neta dum farmacêutico e filha dum funcionário público
- ◇ Cecília de Figueiredo Pais, filha dum farmacêutico
- ◇ Alda Lopes Varela Godinho Braga, filha do Dr. Manuel Lopes Varela, médico e grande proprietário e mulher doutro grande proprietário
- ◇ Dalita de Magalhães, prima direita da anterior, casada com um médico
- ◇ Maria Teresa Lopes Presado, prima direita das anteriores e casada com um médico
- ◇ Maria Luisa Lopes Serrão, filha dum comerciante e duma lavradora, prima direita das anteriores, solteira

Estas mesmas senhoras encenaram e representaram várias peças humorísticas no teatro de Avis. Até então o teatro era considerado imoral e a profissão de atriz indigna para uma senhora. A moral rural vigente chamava, por princípio, prostitutas às atrizes. As senhoras de Avis, a pretexto das obras de caridade da Liga de Beneficência, reabilitaram o teatro na vila. As peças representadas eram baseadas em revistas da moda, incluindo "O Solar dos Barrigas". Os anos 30 constituíram assim uma época áurea para estas senhoras, durante a qual puderam apresentar em público todos os seus dotes aprendidos com as mestras: canto, piano, poesia, etc. A assistência incluía sempre os respectivos pais, maridos e outros parentes que assim controlavam a situação que nunca foi do seu inteiro agrado: a exposição pública das suas mulheres perturbava-os. Ficou famosa a história local de uma das senhoras, vestida de amarelo canário, a cantar na primeira parte duma peça; o marido, sentado na plateia ouviu um comentário dum vededor ambulante (portanto uma pessoa de fora, que não conhecia a sociedade local) sobre a beleza da senhora, as suas qualidades físicas e como cantora; após o intervalo a senhora já não subiu ao palco e foi proibida de participar em qualquer outra peça teatral.

(23) Segundo a moral burguesa, a ociosidade era a "mãe de todos os vícios" e algo a evitar fortemente, ver M. L. L. Santos – *op. cit.*, p. 28

(24) O testamento feito por Cosme dos Campos Callado em 16/7/1947 deixava todos os seus bens (os dele e os que herdara dos irmãos que já tinham morrido) para a constituição de uma Fundação com os seguintes fins: "perpetuação da Casa Agrícola (...); manutenção dos seus criados assoldados até á sua morte; assistência na sua invalidez, doença e velhice (...) criação e educação dos filhos dos criados assoldados e de outros rurais da freguesia e do concelho... ". Ainda em vida este família foi homenageada por um escritor local, o Dr. Manuel Teles de Carvalho, um lavrador rico que assinava Noel Teles e que dedicou o seu 1º livro, *Cartas do Ermo*, ao Dr. Cosme dos Campos Callado, em 1940. Escreve assim na dedicatória: "Ex<sup>mo</sup>. Sr. Dr. Cosme de Campos Callado. Meu bom amigo: (...) Finalmente, o ar desolado duma aldeia de há vinte anos, que o altruísmo e a fortuna pessoal de V. Ex<sup>a</sup> têm transformado e socorrido, em horas de crise, num gesto humanitário e desprendido, acabando de vez com aspectos primitivos, aqui desenhados", p. 9.

(25) Palavras do Prof. Doutor Hélder Fonseca, que amavelmente me sugeriu estudar este tema e muitos outros que desenvolvi neste trabalho.

(26) Maria Inácia Rezola, *op. cit.*, pp. 224-248. Esta autora estudou os graus de irreligiosidade em Portugal no Estado Novo: em 1940, cerca de 5% dos portugueses declararam não ter religião. O concelho de Avis, num cartograma dos "Declarados sem religião" nesse mesmo ano tinha entre 10 a 20%. O distrito de Portalegre, no qual Avis se inclui, tinha 10,4%, o dobro da média nacional e a 4ª a seguir a Setúbal, Beja e Évora. Sobre a religiosidade dos portugueses em geral, a autora afirma: "este tipo de prática estava condicionada por outros factores, como, por exemplo, nesta época (1932 a 1953) o temor de represálias a nível de emprego, a aceitação social, a tradição, etc., e não um alto grau de religiosidade das populações", p. 250. Em Avis estes problemas não se punham, uma vez que as elites, que era quem fornecia os empregos também não eram muito religiosas. Ainda sobre as práticas religiosas, em 1932-33 a média nacional de casamentos não católicos em relação ao total dos casamentos celebrados legalmente = 27,3%. Em 1942-43 = 15,7%, p. 250. No cartograma da p. 251, a percentagem de casamentos civis em Avis em 1954 estava no grupo dos 10 aos 24,5%, portanto dentro da média nacional, o que só mostra que a nível de casamento religioso se mantinham as práticas tradicionais, talvez por uma questão de estética cerimonial e folclore. Sobre a prática dominical em 1956, esta autora apresenta um cartograma na p. 252 com 4 níveis: "unânime", "forte maioria", "fraca" e "muito fraca". Avis está no escalão de "muito fraca".

(27) José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 391.

(28) Rui Ramos – *op. cit.*, p. 312, descreve a crise moral que afectou a sociedade portuguesa nos finais do séc. XIX: "Ninguém se definia mais como um «cristão», a não ser as personagens populares dos romances e comédias. Deixara de se esperar que as crianças mantivessem a fé. Maria Amália (Vaz de Carvalho) recomendava que fossem levadas à igreja apenas para que se habituassem a estar quietas, de modo que quando perdessem a fé não perdessem ao mesmo tempo o «respeito». (...) O afastamento da religião não correspondia a um mundo laico, mas a uma espécie de divisão do trabalho espiritual (...) «As mulheres precisam tanto da religião como nós da ciência». A religião era pouca coisa na vida do cavalheiro da classe média. Pertencia às criadas de servir e às mulheres em geral (...) Constituía um sentimento feminino e servil". Aliás as más línguas de Avis diziam que só dois homens íam regularmente à missa dominical e um deles porque era homossexual...

(29) Foi o caso dos funerais de Eurico Barreto de Figueiredo Pais e de sua mãe Cecília de Figueiredo. Com a República instalou-se também um certo anti-clericalismo. O testamento de Simão Teles Varela (escrito em 2/9/1940, m. 1942) é um claro exemplo disso: "Quanto ao espiritual, confesso-me religioso, crente em Deus, na Virgem Santíssima e nos Santos, mas, porque da classe eclesiástica só tenho recebido dissabores e grandes desgostos, por parte de quem tinha o dever de imitar Nosso Senhor Jesus Cristo, mas isto não fazem, antes usam indignamente as sagradas vestes, pecaminosamente ocupando os elevados lugares de pastores de almas, quero que o meu enterro seja cívil e o meu corpo seja depositado no meu jazigo de família, onde também desejo que durma o sono eterno a minha mulher. À parte o acto relogioso, que já disse dispensar, desejo que o meu funeral revista a imponencia devida às pessoas da minha condição e bens" (*sic*).

(30) Bourdieu sublinha que o vestuário, as habitações e as formas de tratamento respeitoso são símbolos do poder da classe dominante, tal como o ceptro para os reis; *op. cit.*, pp. 12-15.

(31) As roupas do Dr. Cosme dos Campos Callado estão ainda arrumadas em gavetas na sua casa, actualmente administrada pela Fundação Abreu Callado. Conservam-se em bom estado e demonstram um enorme cuidado com a aparência, feitas com os melhores tecidos, sobretudo as roupas de cerimónia, que incluem cartolas, sapatos, polainas e todo um conjunto interessantíssimo digno de uma exposição bem orientada. Sobre este tema, Maria de Lourdes Lima dos Santos cita os manuais de civilidade adoptados pela burguesia portuguesa e cuja atitude perante a aparência exterior continuou durante grande parte do século XX: "O vestuário deverá caracterizar-se pela falta de colorido, pela quase inexistência de adornos, pela pobreza imaginativa. Ao vestuário feminino permite-se, no entanto, uma muito maior flexibilidade e fantasia – fica a cargo da mulher representar a prosperidade da classe, cumprindo-lhe significar, pela sua aparência, a ociosidade e um certo luxo. (...) O vestuário é valorizado enquanto expressão de «decência e respeitabilidade» e de «pudor», acrescenta-se, no caso do vestuário feminino", *op. cit.*, p. 33.

(32) Em Avis, as meninas da família Pais eram muito elogiadas pela sua pele muito clara, sendo alvo de poesias pelos seus apaixonados; Mário Sá publicou uma num jornal de Portalegre (do qual infelizmente só tenho um recorte), em 11/7/1915, na qual escreveu que Amélia Barreto Pais era uma "mulher gentil, bondosa e linda!".

(33) Isto já neste século, pois "Até 1895, o ensino secundário tal como o conhecemos hoje não existiu em Portugal. O que havia era um sistema de exames públicos sobre certas matérias, dos quais dependia o acesso às escolas superiores.(...) A maioria aprendia em casa ou em colégios particulares. A frequência das lições nos liceus do Estado reduzia-se àqueles que não tinham posses para as saberem de outra maneira", Rui Ramos – *op. cit.*, p. 309. Sobre o ensino em casa, era frequente a contratação de mestres para ensinarem os filhos e os prepararem para os exames liceais; no caso do Dr. Manuel Lopes Varela, porém, a sua filha salientou que foi ele que fez questão de ensinar as lições aos seus filhos e sobrinhos em casa. Isto porque tinha estudado e sabia algumas matérias, também porque não gostava muito da lavoura e tinha muito tempo livre...; e também cumpria as regras morais vigentes na época e ensinadas pelos materiais de civilidade: "A educação dos filhos aparece como o grande dever e o grande direito dos pais, embora com maior destaque para



o pai – ‘Depois dos primeiros anos da criação que compete às mães, os pais devem não só dar aos filhos o alimento físico mas o moral, que é a educação; porque um pai deve ser para a sua família uma segunda Providência’”, M. L. L Santos – *op. cit.*, p. 26. Esta autora continua, dizendo que os manuais de civilidade não se preocupavam muito com a instrução, apenas davam as regras do ensino doméstico: “recomenda-se aos alunos o maior respeito pelo professor; aos pais compete ‘reprimir toda a veleidade de revolta contra a autoridade do professor’”, p. 27.

(34) "as famílias das classes médias da província sacrificaram(-se) pelos estudos dos filhos. Muitas abandonaram então as aldeias para ter os filhos nos liceus das cidades", *ibidem*.

(35) *Ibidem*.

(36) A já referida Sra. D. Alzira Varela contou uma pequena história sobre o seu avô José Valentim Varela e seu pai, o Dr. Manuel Lopes Varela: este último foi mandado estudar para o liceu de Évora porque, em vez de fazer os trabalhos do campo, como competia a toda a família, “andava a ler e a escrever debaixo das árvores e não tinha grande queda para a lavoura”. Nos estudos também não se revelou grande aluno, chegando mesmo a perder um ano; nessas férias de verão, passadas no monte da Quinta do Pinheiro, onde a família vivia, o pai castigou-o, pondo-o a trabalhar no campo ao lado dos empregados. Ele não gostou e empenhou-se a fundo nos estudos, acabando rapidamente o liceu e depois a Faculdade de Medicina, pois achou que era o melhor remédio para não ter de se dedicar à lavoura, na qual o seu irmão mais novo se revelou exímio. As fontes literárias são interessantes para se estudar esta vivência dos filhos de lavradores que estudavam fora; por exemplo os romances e contos do Dr. Manuel Teles de Carvalho (Noel Teles), advogado, relatam acontecimentos por ele vividos nas férias que passava na sua herdade da Coutada, a 2 Km de Benavila: caçava e passeava pelas terras, ia conversando com os trabalhadores e com a população local e são uma fonte para os usos e costumes do concelho.

(37) Quando perguntei à Sra. D. Alzira Varela, a razão porque algumas senhoras tinham continuado a estudar enquanto ela, a sua irmã e as suas primas direitas não o tinham feito, esta senhora respondeu-me bem humorada: “Ó filha, é porque a tua avó era muito mais inteligente do que nós!!!” (*sic*).

(38) José Cutleiro – *op. cit.*, descreve vários aspectos dos comportamentos das restantes classes sociais numa freguesia alentejana (por exemplo nas pp. 138-139 sobre a relação entre marido e mulher nas classes trabalhadoras), os quais eu não pesquisei em Avis pois não estavam incluídos no âmbito deste trabalho.

(39) Na revista *Expansão Portuguesa* de 1935 diz que dentro da população total do concelho (7.880) há 122 viúvos e 260 viúvas, o que significa mais do dobro. Entre as elites de Avis e tomando como base os inventários por morte descritos no anexo 4, analisei 47 casais, incluindo o cônego José Ricardo Freire d’Andrade que vivia maritalmente com uma senhora de quem tinha um filho e que ficou “viúva”. Neste universo considerado, os resultados da pesquisa foram os seguintes:

- \* Viúvos = 13 (28%)
- \* Viúvas = 32 (68%)
- \* Viúvos que casaram 2<sup>a</sup> vez e deixaram viúvas = 2 (4%)

Ainda no anexo 4 podemos ver a incidência da mortalidade: só em Dezembro e Janeiro morreram 16 do 48 inventariados, o que corresponde a 33,3% e aos meses de maior frio e chuva. Isto condiz com as médias nacionais apresentadas por J. T. Montalvão Machado – *op. cit.* Também morreram 9 (19%) nos meses mais quentes de Julho e Agosto. De salientar a febre pneumónica que assolou o país em 1918, na qual morreram o referido Cónego e o lavrador e político Jerónimo Lopes Coelho, ambos em Outubro.

(40) José Cutileiro – *op. cit.*, p. 142.

(41) “Mesmo nos casos em que previamente não tenha havido relações patroa-criada, as relações entre mulheres de grupos sociais diferentes caracterizam-se geralmente por uma maior intimidade do que as relações entre os respectivos maridos”, *ibidem*, p. 139.

(42) “Prestam-lhe informações pormenorizadas a respeito (de outras) criadas (...), mantêm-nas ao corrente dos mexericos da aldeia...”, *ibidem*.

(43) “À senhora-esposa-mãe-dona de casa compete tudo o que diz respeito ao bem-estar interno da família e, se o facto de ser rica a dispensa de ocupações manuais, ela deve, contudo, fugir da ociosidade, «mãe de todos os vícios», e interessar-se pelos mais íntimos detalhes, dirigir os criados, velar pela moralidade destes e, principalmente, mesmo que possua uma grande fortuna, não permitir que a estrague coisa alguma. O esforço, a vigilância, o zelo e a poupança, haja embora numerosos serviços e abunde o dinheiro, são virtudes consideradas indispensáveis e de tal modo valorizadas que o bom andamento «dessa grande máquina que se chama casa» só merece louvores se tiver atormentado e estafado devidamente a dona de casa”, M. L. L. Santos – *op. cit.*, p. 28.

(44) “As visitas, tidas como «a pedra de toque da gente da boa sociedade», são regulamentadas por um cerimonial rigoroso, no qual, em última análise, estão implicados imperativos sociais determinantes de comportamentos que vemos funcionar como signos de *distinção*, para lá dos aspectos propriamente lúdicos que lhe possam estar ligados”, *ibidem*, p. 43.

(45) A. H. Oliveira Marques – *op. cit.* Este autor apresenta na p. 583 um mapa no qual o concelho de Avis tinha uma Comissão Municipal do Partido Republicano Português antes do 5 de Outubro de 1910. Na página seguinte o mapa com os concelhos que tinham lojas maçónicas antes de 1910 mostra que Avis também tinha uma. Localmente não encontrei fontes que o confirmassem, mas alguns descendentes confirmaram a filiação dos antepassados nesta organização.

(46) José Manuel Sobral – *op. cit.*, pp. 171-175, e José Cutileiro – *op. cit.*, p. 258.

(47) Hélder Fonseca (coord.) – *op. cit.*

(48) “A vida social das elites eborenses de oitocentos desdobrava-se numa multiplicidade de espaços e práticas de sociabilidade, originando estilos de vida bastante similares aos de outras elites europeias da época. As soirées em casas particulares, as reuniões e bailes no club, as festas de carnaval, os piqueniques e as caçadas, mas também as digressões às praias e termas mais famosas do país, assim como as viagens ao estrangeiro, constituíam eventos que marcavam o calendário mundano das famílias”, *ibidem*. Em Avis estas práticas chegaram com algum atraso às elites, as quais começaram a utilizá-las só nos finais do século XIX quando passaram a ter um estilo de vida mais urbano. As famílias residentes

nos montes e que nunca se mudaram para as vilas do concelho, tinham maiores ligações à capital ou a outros centros urbanos; não participavam na maior parte da vida social de Avis e desempenhavam estas actividades fora do concelho, como por exemplo os Cunha e Sá, os Camões, etc.

(49) No Arquivo Pais Teles, no Ervedal, encontrei as contas correntes da casa agrícola do Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá, com sede em Pêro Viegas. No ano de 1907, por exemplo, alguns dos itens referem o seguinte:

- "vão para casa 50 Kilos de farinha de trigo".

- 27/7/1907: "Vendeu-se ao Conde das Galveias o seguinte: 300 K. de farinha de 2ª, 240 de farinha de 1ª, 47 K de semente e 47 de farelo".

Isto revela que a sua produção de cereal era transformado em farinha nos seus próprios moinhos para consumo da casa e para venda ao exterior. Entre os compradores da farinha incluíam-se membros das elites mais urbanas que não tinham produção própria.

(50) Mesmo os alentejanos que estudavam fora, nas férias apreciavam os alimentos locais, geralmente provenientes das respectivas lavouras e variando sazonalmente; por exemplo: "À meia-noite, depois duma ceia frugal de fatias de *pão com água-mel*, coroando longa seroata, procurei uma capuchinha d'azeite e dirigi os meus passos para o quarto", Noel Teles – *Cartas do Ermo*, p. 48. Este autor escreveu nos seus contos e romances as suas experiências nas férias passadas na sua herdade do concelho de Avis. O pão com água-mel era muito consumido na época da colheita do mel.

(51) Helder Fonseca (coord.) – *op. cit.*

(52) Manifestações de alegria pela vitória de Paes Abranches do Partido Progressista no Ervedal, "grande numero d'amigos foram alli felicitar o novo vereador Paes Abranches: acompanhando-o á sua herdade da Torre em vistosa marcha aux flambeaux, queimando-se muito fogo e erguendo-se vibrantes vivas ao partido progressista, conselheiros José Luciano, Pereira de Miranda, José d'Alpoim, deputado Lourenço Cayolla, Dr. Varella, Francisco Abreu, Paes Abranches, Antonio Vasco, familias Lopes Coelho, Telles Varella, Valentim Varella, Abreu Callado, Mauricio José Gomes, José Diogo Paes, conego Cardoso, conego Freire d'Andrade, aos eleitores do circulo, etc., etc. O sr. Paes Abranches offereceu a todos os amigos um abundante jantar, trocando-se entusiasticos brindes. Quando o cortejo seguia da villa para a casa d'aquelle nosso amigo foram levantados alguns vivas ao partido regenerador por individuos que se encontravam nas ruas e um bando de garotos menores seguio o cortejo até á ribeira soltando os mesmos vivas. Á prudencia dos nossos amigos deveu-se não haver algum conflito natural ante taes provocações" (*sic*). Notícia publicada no Jornal *Distrito de Portalegre* de 9/11/1904 (este jornal era do P. Progressista), p 3.

(53) "Relativamente ao hábito dos piqueniques, os (Manuais de Civilidade) consideram-no extremamente perigoso, trata-se de excursões que só são recomendáveis para as senhoras quando «entre família»; de qualquer modo, compete-lhes «evitar dar lugar a alguma interpretação duvidosa nesses passeios onde reina uma certa liberdade; devem mostrar-se reservadas e não se isolarem»", M. L. L. Santos – *op. cit.*, p. 42.



Piquenique nos finais do séc. XIX.



Piquenique da família Pais nos anos 20 do séc. XX.



Piquenique, com caçada, nos anos 30, nas Fragas do Maranhão, actualmente submersas pela barragem.

(54) A *Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens* existiu desde 1855, juntamente com outras confrarias no concelho:

- Nossa Senhora da Orada, 1713-1866
- das Almas, 1867-1868
- de Albergaria, Benavila, 1847-1855
- de Nossa Senhora do Rosário, Benavila, 1784
- do Santíssimo Sacramento, Benavila, 1784
- do Senhor dos Passos, 1855-1860
- da Santa Casa da Misericórdia de Avis, a mais importante e com maior património, serviços de saúde e assistência, expostos, serviços hospitalares, educação, etc. Há livros no arquivo desde 1821 até 1958, mas continua até agora.

No jornal *O Evolucionista*, nº 41 de 4ª f. dia 5/8/1914 vem a seguinte notícia: A confraria da Senhora Mãe dos Homens resolveu não realizar no corrente ano os festejos costumados, mas não explica porquê; "constituiu-se uma comissão d'empregados no comercio e estudantes para no próprio dia, ultimo domingo d'este mez, promover os mesmos festejos fóra da capela, constando de concertos por um boa banda de musica, bazar, fogo d'artificio, corridas de foot-ball e outros jogos sportivos. Brevemente será publicado o programa dos festejos que atrae sempre áquele aprazivel lugar enorme concorrência. Na capela haverá alguns actos religiosos revestidos da maior simplicidade" (*sic*) Assina "C.". O dia da festa foi o domingo, dia 30/8/1914.

(55) Esta festa mereceu notícias em vários jornais regionais e nacionais:

Jornal *Distrito de Portalegre* de 24/8/1904 dá a notícia da festa que se realizou no domingo seguinte, 28/8/1904. "É esperado em Avis no proximo sabbado o sr. deputado André de Freitas com a sua esposa. Veem assistir aos festejos annuaes á Senhora Mãe dos homens. Bem vindos sejam". Notícia do correspondente do jornal em Avis, no mesmo nº: "Avis. Festejos a Nossa Senhora Mãe dos homens. A confraria emprega todos os esforços para que no corrente anno os festejos sejam deslumbrantes. Como de costume antiquissimo teem logar no ultimo domingo d'este mez, dia 28. Alem da festividade religiosa em que é orador o revdº. conego Freired'Andrade, ha arraial, illuminações á veneziana e á moda do Minho, queimando-se um bello fogo prezo do acreditado pyrotechnico da Certã, David Nunes e Silva que ainda ha pouco forneceu fogo para alguns festejos da capital. Pelas 4 horas da tarde haverá uma esplendida corrida de 8 bravos novilhos pertencentes ao sympathico lavrador de Benavilla, sr. José Godinho d'Abreu, que os cedeu

generosamente para abrilhantar os festejos. O torneio é dirigido pelo bem conhecido amator tauromachico sr. Manuel Augusto d'Azevedo, sendo desempenhado por artistas portuguezes e hespanhoes. Ouvimos que na segunda feira continuarão os festejos havendo missa por todos os romeiros que com as suas dadivas e esmolas concorreram para esta solemnidades e durante a missa terá lugar a execução pela banda das melhores peças musicaes. Às 3 da tarde tourada por amadores e curiosos, fechando com este espectáculo, tão querido dos alemtejanos, os festejos d'este anno. A parte musical é desempenhada por um grupo d'amadores d'aqui habilmente regidos pelo sr. José Barreto da Guerra Paes. Foi requisitada força militar de cavallaria e infantaria para policiaer o arraial e a tourada. Tudo nos leva a crer que as festas no corrente anno serão imponentes e ferteis d'attractivos" (*sic*).

Jornal *O Evolucionista*, nº 44 de 26/8/1914 diz, numa secção chamada *Notícias de Aviz*: "Reina grande entusiasmo nos promotores das festas que no proximo domingo 30, teem lugar no pitoresco local da Senhora Mãe dos Homens, a 5 quilometros desta vila. Além dos numeros já anunciados uma équipe de rapazes de Evora disputa com um grupo de Avis diversos sports atleticos, como saltos em altura, de balanço, de vara, etc., resultando uma tarde animadissima. Em lugar duma teremos duas musicas e o fogo do ar será o melhor que ali se tem queimado. Varios grupos de raparigas espalhados pelo arraial exhibirão danças e cantos regionais" (*sic*).

Jornal *O Evolucionista* de 17/8/1916: notícia com honras de 1ª página "Festas em Aviz. Está constituída uma comissão para realizar varios festejos por ocasião da romaria anual á Senhora Mãe dos Homens, no domingo, 27 de agosto; empregando-se esforços para que do programa faça parte uma corrida de novilhos, á antiga portugueza. Alem dos costumados concertos por uma boa banda de musica, iluminações, bazar, fogo d'artificio e os populares bailes e descantes alemtejanos, faz-se distribuição de enxovais a crianças pobres. Um grupo de meninas realisa ensaios para tomar parte na execução dos actos religiosos. A feira franca que no mesmo dia tem lugar no local da romaria atrahe grande concorrência de povo não só do concelho d'Aviz mas dos concelhos visinhos, tanto mais que alem de fartas sombras a agua corre abundantemente numa fonte que ha no recinto dos festejos" (*sic*).

Verificou-se que a República não veio alterar o carácter religioso e popular da festa.



Piquenique na Festa da Senhora Mãe dos Homens.



Estado actual da capela.

(56) Infelizmente estes livros estão incompletos e em mau estado o que não permite a elaboração de percentagens sobre os dados recolhidos.

(57) A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*, p. 253.

(58) No princípio do séc. repetem-se os pedidos para levar uma linha de combóio até Avis: o jornal *O Distrito de Portalegre* de 3/5/1903 tem a seguinte notícia: "Reuniu-se na segunda-feira (27/4/1903) no Hotel Francfort em Lisboa, a comissão composta por cavalheiros comissionados dos concelhos de Coruche, Mora e Aviz para resolver a melhor forma de fazer chegar ao Ministro da Obras Públicas o pedido de construção da linha férrea. Estava com eles o deputado desse círculo, Sr. Lourenço Cayolla". Dias depois encontraram o ministro e ele prometeu a linha férrea. A comissão veio de lá toda animada, mas nunca combóio algum chegou a Avis. Em 24/8/1904 vem a seguinte notícia no mesmo jornal: "A Câmara Municipal de Avis na sua ultima sessão nomeou o vereador cónego José Ricardo Freire d'Andrade para a representar na comissão, que, em nome das camaras d'este distrito beneficiadas pela linha de Estremoz a Portalegre e ramal d'Aviz, vae a Lisboa sollicitar do sr. ministro das obras publicas que com a possivel brevidade se comecem os trabalhos d'aquella linha..." (*sic*). O resultado foi o mesmo.

(59) Informações recolhidas na ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 452. Carta da Câmara Municipal de Estremoz com informações sobre estradas e caminhos-de-ferro e referindo também as estradas de Avis. Ofício nº 61 de 9/9/1931 enviado ao Ex<sup>mo</sup>. Senhor Administrador Geral do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social.

"ESTRADAS. (...) Estremoz a Avis. Esta ligação vae atravessar uma região agricola muito importante apenas servida por caminhos só transitaveis de verão, alem da enorme vantagem de facilitar a vida a esta grande área, assegura a ligação directa com o Norte, por Galveias - Ponte do Sôr - Abrantes - Tomar etc." (*sic*). Este ofício inclui um mapa que mostra que neste ano as estradas a *macadam* construidas são só entre Avis e o Ervedal. O projecto de contrução apresentado inclui as estradas entre Avis e Casa Branca e entre o Ervedal e o Cano. Fronteira, Sousel, Cano e Casa Branca já são nesta data ligadas por estradas de *macadam*, mas este tipo de pavimento não era coberta por alcatrão, era só pedra, e de inverno ficava cheio de buracos, o que tornava a passagem dos automóveis quase impossível. Já existia nesta data um caminho-de-ferro entre Fronteira,

Sousel e Estremoz, mas o que Avis usava era o da Ponte de Sor. Em anexo esta carta pede ainda estradas de Estremoz a Avis pela freguesia de São Bento do Ameixial e Casa Branca. Também da mesma fonte, mas em 1935, maço 476, no relatório há uma secção de "Principais aspirações locais dependentes" e a do concelho de Avis é a seguinte: "Conclusão rápida da Estrada de Avis a Fronteira" (*sic*).

Havia ainda o problema da insegurança dos caminhos: ver nota 31 do capítulo 3.

(60) Ao contrário da actualidade, em que uma bicicleta e uma moto podem custar tanto como um carro, nesta época em Avis eram veículos usados pelos jovens como objecto lúdico ou para as suas deslocações independentes da família. Mais tarde tornou-se o principal meio de transporte das classes mais desfavorecidas, à falta de transportes regulares e de possibilidades de comprar outros veículos mais caros. O *Livro de registo das licenças de Velocípedes, Bicicletas e Motocíclos* refere alguns dos principais nomes dos utentes destes veículos desde 1914.

- Manuel Pais Monteiro, 1914, tinha 23 anos e era pequeno proprietário.
- Pedro Pólvora d'Almeida Gazzo, era nesta altura funcionário da CMA.
- José Paula Varela de Brito, Ervedal, 1917, era uma família de pequenos lavradores e funcionários.
- Manuel Godinho Braga, Avis, 1919: grande proprietário.
- Gualdim Pais, Ervedal, 1922: família de pequenos lavradores.
- Manuel Lopes Telles Varela, 1919: pequenos proprietários.
- Joaquim Godinho Graga, Avis, 1920: grande proprietário.

(61) Mário Sá escreveu sobre comunicações e transportes em Avis: "No século XVIII, em plena ditadura de Pombal, edificavam-se as duas admiráveis pontes, que punham Avis em comunicação com as terras ao norte e a oeste. (nesta época) de Avis para Lisboa ia-se por terra até ao Tejo, em Santarém, - a cavalo, em carretas ou em *andas*, - e daqui se tomava embarcação.(...) Mas enfim, o automóvel exigiu que se pudesse chegar a Avis em *estrada-nova*, e ela aí está para se inaugurar em 1935! Já se inaugurou a primeira carreira de *camionettes*. Avis nunca tivera *diligência*, êsse tão grande melhoramento noutras idades, mas apenas a carroça do correio de cada vez mais triste à medida que se aproxima do seu fim! (...) Avis – êsse rico rincão alentejano, que fica algo distante do Caminho de Ferro, possui hoje meios de comunicação suficientes e com horários certos, visto que as camionetes da Empresa Murta, ou Portalegre, fazem diariamente carreiras entre as estações do Caminho de Ferro de Ponte do Sôr e Avis" (*sic*), revista *Expansão Portuguesa* de 1935, pp. 242-254.

(62) Em Avis não havia imprensa que noticiasse a vida social das elites ou as suas deslocações para fora do concelho, mas por exemplo o jornal *O Distrito de Portalegre* de 10/9/1890 refere as famílias dessa cidade que vão viajar ou vão a banhos e as que estão a passar temporadas nas termas de Marvão. As famílias mencionadas preferiam ir para a praia em Setembro.

(63) No livro de Júlia Leitão de Barros – *Os «Night Clubs» de Lisboa nos Anos 20*, Lucifer Edições, Lisboa, 1990 há um capítulo sobre a "fauna" dos Clubos Nocturnos que diz: "No entanto, são os novos ricos os mais frequentemente «culpabilizados» por fazer prosperar a vida nocturna lisboeta. (...) Contudo, os negociantes (...) misturam-se com rouceiros das nossa colónias de então, latifundiários do Sul, lavradores do Norte, engenheiros, marujos, estrangeiros, diplomatas, turistas, etc. (...) é a classe política a mais censurada por frequentar estes locais. O papel «do ridículo» dos deputados de província é explorado e



muitas vezes agravado com referências aos amigos provincianos que eles ali levam”, p. 82. Neste livro fala-se destes clubes nocturnos como locais onde as salas de jogo tinham um papel privilegiado: "Não só o silêncio contrasta com a estridência da *jazz-band* da sala, como a discricção da luz eléctrica se opõe ao frenesi da iluminação do *dancing*. (...) Mas o jogo arrastava atrás de si um rol de situações marginais. A prostituição é uma delas. (...) O certo é que o jogo contribuía, de forma decisiva, para tornar o clube nocturno num local ambivalente por definição: centro de luxo e de marginalidade civilizada", p. 60. Por isso mesmo, apesar desta autora dizer que as mulheres também os frequentavam, nenhuma Senhora de Avis se atreveria a entrar num local destes, nem os maridos as deixavam, naturalmente. E em Lisboa alguns dos homens gostavam de frequentar estes locais, onde gastavam dinheiro de forma ostensiva.

### Capítulo 5:

(1) Eduardo Sevilla-Guzmán – *op. cit.*, p. 37.

(2) "Bajo este calificativo se hace referencia a aquellos grupos, minoritarios, que controlaban, com carácter hegemónico, organizaciones económicas, sociales o políticas (...) esta realidad es todavia más importante en aquellos ámbitos espaciales, como Extremadura, donde la concentración de la propiedad, y consiguientemente la prepotencia de unos determinados grupos sociales, alcanzan niveles excepcionalmente elevados", F. Sánchez Marroyo – *op. cit.*, pp. 7-8.

(3) *Ibidem*, p. 206.

(4) "En el plano municipal, los grandes núcleos de población eram sistemáticamente controlados por estes individuos (...) Todo porque en buena medida hubo una continuidad patrimonial y con ello una perpetuación de influencias y clientelismos en el medio rural", *ibidem*, p. 207. Est autor refere também o "papel no estritamente económico, auque com evidentes repercusiones patrimoniales, de la oligarquía en la sociedad rural", *ibidem*. Diz ele que o seu controlo sobre os mecanismos da administração tinha repercusiones no seu património: tal afirmação é impossível de se fazer para o caso de Avis, embora seja muito provável a sua veracidade, pois naturalmente as elites económicas ocupavam os cargos do poder para defender os seus interesses; as medidas tomadas, tanto a nível local como a nível distrital ou, no caso dos deputados eleitos pelos círculos a que Avis pertencia, decerto tendiam a beneficiar o grupo e o respectivo património fundiário.

(5) Pierre Bourdieu – *op. cit.*, p. 169. Este autor acentua ainda esta ideia: "pelo menos fora dos períodos de crise, a produção de formas de percepção e de expressão politicamente actuautes e legítimas é monopólio dos profissionais (...) monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou de actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem", *ibidem*, p. 166. José Cutileiro verifica o mesmo na freguesia alentejana que estudou: "o cargo de presidente da câmara foi ocupado por lavradores importantes ou membros das profissões liberais, ligados por laços de parentesco a famílias de

latifundiários”, *op. cit.*, p. 222. Pelo contrário, José Manuel Sobral detectou uma tendência diferente para a freguesia da Beira: "a República acarretou uma *plebeização* indiscutível dos cargos públicos (...) Os presidentes da Câmara sob o Estado Novo não são grandes proprietários, antes profissionais – médicos, por exemplo – que exercem por vezes longos mandatos”, *Família, Poder, Propriedade, op. cit.*, p. 15. No caso das Juntas de Freguesia o caso também é ligeiramente diferente de Avis, pois neste concelho predominam os *artistas*, enquanto "A Junta de Freguesia vê pontificarem pequenos proprietários e funcionários, ou mesmo algum trabalhador...", *ibidem*.

(6) Bourdieu fala da "acção de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem com a sua própria cumplicidade, em particular quando, recém-eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo”, *op. cit.*, p. 170. Isto é: mesmo que eles quizessem ser muito inovadores, o que não era muito provável face à sua herança cultural e aos interesses económicos que pretendia defender, o facto de terem por trás o sogro, o tio, o primo, etc, impedia-os.

(7) José Manuel Sobral – *Trajectos.*, *op. cit.*, p. 398.

(8) Infelizmente não encontrei quaisquer relatórios do Administrador do Concelho de Avis para o Governador Civil de Portalegre; as queixas apresentadas por este ao Ministro do Interior em 1935 não deviam referir-se a Avis, pois no *Jornal da Situação* várias vezes o administrador do concelho de Avis, Capitão Lourenço, é elogiado.

(9) Círculos eleitorais a que Avis pertenceu (fontes: as actas eleitorais em Avis e A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*):

- Portalegre, nº 87, lei eleitoral de 1884, até 1892

- Portalegre, nº 103, de 1893 a 1901

- Portalegre, nº 19, de 1901 a 1910

- Elvas, nº 41, Decreto-Lei de 4/3/1911

- Elvas, nº 33, em 1915 até ao Estado Novo, lei nº 314 de 1/6/1915

Ainda o decreto de 27/10/1913 divide o concelho de Avis em 2 assembleias e secções de voto:

- Avis, que inclui Avis, benavila, Alcórrego, aldeia Velha, Valongo e Maranhão

- Ervedal, com Ervedal e Figueira e Barros.

(10) É sobejamente conhecida a afirmação que os resultados das eleições nacionais eram sempre coincidentes com o partido que estava no poder na altura das eleições, o que estava relacionado com a estrutura do recenseamento, as leis eleitorais, etc. No entanto, deixo aqui como nota de pormenor uma queixa do jornal *Districto de Portalegre* em 26/10/1892 (era um jornal do P. Progressista, enquanto que no distrito ganharam os Regeneradores e a nível nacional também): "Por esta fórmula, a eleição não é, como deve ser, a base dos governos; são os governos a base das eleições; e às vezes nem é por culpa dos governos, é por defeito dos povos e por culpa dos seus dirigentes..." (*sic*).

(11) Ver Jaime Reis – *op. cit.*, p.133.

(12) A. H. Oliveira Marques – *op. cit.*

(13) Ver na nota 51 do capítulo 4 como os nomes de praticamente todas as famílias da elite festejaram a sua vitória em 1904. Este político foi alvo de muitos comentários tanto na

imprensa distrital como nacional devido ao seu percurso político bastante variado: foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Avis em 1904 pelo P. Progressista. Em 1906 foi eleito deputado pelo círculo de Portalegre pelo mesmo partido. Já em 1908 concorreu nas eleições nacionais pelo P. Regenerador, mas não foi eleito. Quando foi implantada a República, foi candidato a deputado pelo P. Republicano no círculo de Elvas para as eleições de Maio de 1911, mas desistiu. Por essa ocasião o jornal republicano *Intransigente* (em 30/5/1911) publica o seguinte comentário: "fez discursos, pediu votos, botou manifestos e depois desistiu! (...) Foi proposto pela primeira vez e perde a eleição. Era então se bem nos parece progressista puro, entusiasta, sinceríssimo, com o pacto da Granja na cabeça e no coração. Mais tarde é eleito em pleno esplendor teixeirista (...) tam entusiasta rejenêradôr quanto fôra sincero, ardente e entusiasta progressista e franquista (...) tam dedicado, tam entusiasta republicano como antes fôra progressista-franquista-rejenêradôr..." (*sic*).

Esta notícia tem algumas divergências em relação às minhas informações: dizem que ele perdeu as eleições na primeira vez que concorreu, mas ele foi eleito como progressista em 1906 e em 1908 concorreu pelo P. Regenerador e aí é que perdeu; quanto ao esplendor teixeirista, referem-se às eleições nacionais de 1910. Nesta notícia sugerem ainda que ele devia ser expulso do P. Republicano: "durante a monarquia foi de todos os partidos que estavam no poder" e acrescentam que a desistência dele como candidato a deputado "não foi patriotismo e sacrifício pela República, foi uma retirada airosa" (*sic*).

Foi eleito Presidente da CMA em 1914 (eleições de 30/11/1913, ele ganhou pelo P. Evolucionista) até 1919. Em 11/6/1915 o jornal *O Evolucionista* apela ao voto nele, elogiando as suas capacidades e na revista *Expansão Portuguesa* em 1935 surge um artigo que o considera pessoa de grande "valor e envergadura mental" e excelente administrador da sua casa agrícola (pp. 165-166), além de grandes elogios às suas qualidades como político, lavrador e chefe de família. A sua carreira política incluiu os cargos de Governador Civil do distrito de Portalegre, Provedor Geral da Assistência Pública, Presidente da Câmara, deputado e Senador da República (em 1918). Aqui temos um perfeito exemplo do tão falado "revirinho".

Sobre o tema do caciquismo ver Pedro Tavares de Almeida – *op. cit.* Este autor fornece as mais completas informações sobre a organização e real valor do sistema eleitoral em Portugal na segunda metade do século XIX. Dedicar-se sobretudo a descrever as eleições para a Assembleia Nacional, negligenciando um pouco, e lamentavelmente para mim, as eleições municipais. Foi seguindo os seus concelhos e pacíficas lições pelo telefone que consegui encontrar as mais importantes fontes para determinar a filiação partidária das elites de Avis, face à total inexistência de imprensa local. Diz este autor na sua tese: "A imprensa é, todavia, imprescindível para identificar a filiação política dos diversos candidatos" (p. 186). Pedro Tavares de Almeida apresenta também quadros e mapas com dados estatísticos muito importantes, dos quais retirei bastantes informação para o estudo da evolução do número de eleitores e da geografia política do distrito de Portalegre, no qual estava inserido o concelho de Avis. Também José Cutileiro descreve na sua tese a importância do clientelismo: "Estes amigos eram clientes que beneficiavam da potencial ou efectiva protecção dos seus interesses por parte do deputado, compensando-o com a garantia do necessário número de votos sempre que se realizavam eleições. Estabelecia-se na maior parte dos casos, entre deputados e eleitores, uma cadeia de indivíduos que se encontravam em posição de permutas de favores entre si". Estes favores podiam incluir: 1 – distribuição de terras para exploração seareira em condições mais vantajosas; 2 – os lojistas

eram atraídos pela garantia de receberem nas suas lojas clientes abastados, além de poderem pressionar politicamente os seus fregueses mais pobres, quase sempre em dívida; 3 – livrando à tropa alguns rapazes, pois até 1910 podia pagar-se para isso; *op. cit.*, p. 288.

(14) A. H. Oliveira Marques – *História de Portugal, op. cit.*, p. 285.

(15) O Partido Evolucionista não participou nas eleições de 28/4/1918 de Sidónio Pais e advogou em todos os jornais a "abstenção eleitoral" (jornal *Republica* de 20/4/1918, por ex.). No mesmo jornal em 23/4/1918 (1ª pág.) há um artigo de José P. V. Abranches que diz: "Ervedal, 22 – É destituído de fundamento o telegrama publicado no *Diario de Notícias* de 19 e transmitido de Elvas, dando como assente a minha candidatura como senador governamental pelo mesmo circulo. Como republicano evolucionista e disciplinado só aceito a candidatura autorizada pelo meu Partido, considerando-me ainda pera todos os efeitos senador eleito pelo circulo de Portalegre, enquanto não terminar a minha legislatura. a) Pais Abranches" (*sic*).

(16) Esta questão das amizades com o Governador Civil de Portalegre era algo perfeitamente aceitável e até publicitado no Estado Novo. Por exemplo, na revista *Álbum Alentejano*, dir. Pedro Muralha, Edição da Imprensa Beleza, Lisboa, Tomo III – Distrito de Portalegre, pp. 553-557, vem um artigo escrito em Novembro de 1933, no qual se elogia o Capitão Ricardo Vaz Monteiro, membro da família de maiores proprietários da Ponte de Sor e governador desde 1930: "o sr. Cap. Vaz Monteiro e a sua patriótica obra como Governador Civil do distrito de Portalegre (...) O sr. capitão Ricardo Vaz Monteiro, faz do cargo que desempenha com tanta dedicação um autêntico sacerdócio. (...) o sr. Governador tudo faz, tudo resolve (...) O sr. capitão Vaz Monteiro é um homem digno de estudo. Ele não é como os outros governadores civis! Tem um critério completamente contrário ao trivial em todos os governadores! Ele nomeou as Câmaras, e Administradores de Concelho, por gente de sua absoluta confiança. Depois o sr. Governador deixou de mandar para obedecer. Sempre no seu posto ele é o árbitro de todos os assuntos entre o Estado e as Corporações Administrativas (...) dá autoridade às Corporações dos seus Concelhos, limitando-se apenas a servir de porta-voz perante os poderes constituídos, das aspirações locais. É um Governador Civil Moderno (...) Todos os políticos bem intencionados, encontram no sr. Capitão Vaz Monteiro um amigo, e sendo preciso um grande protector" (*sic*), p. 534.